

Conasa Infraestrutura S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas em
31 de março de 2022
e relatório de revisão



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Conasa Infraestrutura S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa Infraestrutura S.A. e da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data,



Conasa Infraestrutura S.A.

bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Maringá, 30 de junho de 2022

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Signed By: ADRIANO MACHADO:15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 30 June 2022 | 16:44 BRT

Adriano Machado

Contador CRC 1PRO42584/O-7

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Relatório da administração****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****Apresentação de Resultados**

Prezados(as) Senhores(as),

Os Administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("CONASA") apresentam para vossa apreciação as Informações trimestrais da Controladora e Consolidadas do período findo em 31 de março de 2022, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Resultado Abrangente.

As informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações são relativas ao 1T2022.

As informações pró-forma incluem dados proporcionais das controladas em conjunto. Referidas informações, assim como as informações não-financeiras e outras informações operacionais, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DESTAQUES OPERACIONAIS

- Em 07 de julho de 2021, o Consórcio Via Brasil foi declarado vencedor do leilão da rodovia BR-163/230/MT/PA, cujo sistema rodoviário compreende um total de 1.009,5 km de extensão que faz a interligação entre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ele constitui um eixo fundamental para escoamento da produção (principalmente agropecuária) da parte paraense da Região Norte e da Região Centro-Oeste, conectando terminais portuários do Arco Norte (Rio Tapajós) ao município de Sinop (MT). A tarifa de pedágio vencedora foi de R\$ 0,07/km, representando deságio de 8% em relação ao teto estabelecido no edital. Os investimentos na concessão são estimados em mais de R\$ 1,8 bilhão em reais de 06/2021 e têm como objetivo melhorias na infraestrutura nos 10 anos de duração do contrato de concessão, assinado em 1º de abril de 2022. No encerramento do período findo em 31 de março de 2022, a Conasa possuía 76% de participação do Consórcio Via Brasil BR163.
- Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), compreendendo mais de 560 mil habitantes. O lance foi de R\$ 1,215 bilhão para o gerenciamento dos serviços pelos próximos 35 anos. Em 8 de março de 2022 o contrato com o poder concedente foi assinado e a entrega da concessão esta prevista para 4 de setembro de 2022.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Relatório da administração****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Em 10 de fevereiro de 2022, a Generate Capital juntamente com o Infra Setorial realizou novo aporte de capital no montante de R\$ 264.373 na Companhia, devido aos aportes de capital realizados nas investidas Via Brasil BR163 e Águas do Sertão, companhias estas que se encontram em fase pré-operacional.

Segue abaixo quando de demonstrativo de desempenho nas investidas, trazendo informações comparativas entre os períodos findos em março de 2022, bem como no mesmo período de 2021.

Desempenho das Concessionárias	mar/21	mar/22	Var %	Equity (%)	Mar/2021 (Pro Forma ¹)	Mar/2022 (Pro Forma ¹)	Var %
Volume Faturado de Água (m3)	1.668.167	1.962.971	18%		1.668.167	1.962.971	18%
Águas de Itapema	1.668.167	1.962.971	18%	100%	1.668.167	1.962.971	18%
Volume Faturado de Esgoto (m3)	3.216.579	3.319.524	3%		3.216.579	3.319.524	3%
Águas de Itapema	1.269.995	1.544.545	22%	100%	1.269.995	1.544.545	22%
Sanesalto	1.892.604	1.711.273	-10%	100%	1.892.604	1.711.273	-10%
Sanetrat ²	53.980	63.706	18%	100%	53.980	63.706	18%
Águas de Meriti ³	-	-		44%	-	-	
Contraprestação (R\$ mil)	-	R\$ 7.415			-	R\$ 4.943	0%
Sanema ⁴	-	R\$ 7.415		67%	-	R\$ 4.943	0%
Veículos Equivalentes	2.641.880	2.645.897	0%		1.373.778	1.375.866	0%
Via Brasil MT100 ⁵	1.505.698	1.383.186	-8%	52%	782.963	719.257	-8%
Via Brasil MT320 ⁶	1.136.182	1.262.711	11%	52%	590.815	656.610	11%
Via Brasil MT246 ³	-	-	-	52%	-	-	-
Contraprestação - PPPs (R\$ mil)	R\$ 20.143	R\$ 23.207	15%		R\$ 6.991	R\$ 7.889	13%
Alegrete	R\$ 9.176	R\$ 9.177	0%	45%	R\$ 4.129	R\$ 4.129	0%
CaraguaLuz ⁷	R\$ 4.091	R\$ 4.509	10%	28%	R\$ 1.125	R\$ 1.240	10%
MauaLuz	R\$ 4.094	R\$ 4.790	17%	20%	R\$ 819	R\$ 958	17%
TeresinaLuz	R\$ 2.783	R\$ 4.731	-	33%	R\$ 918	R\$ 1.561	70%
Luz de Belém ³	R\$ -	R\$ -	-	75%	R\$ -	R\$ -	-

Nota 1. Informações Pro Forma consideram a participação efetiva da Companhia em cada investida, proporcionalmente, não seguindo critérios de consolidação ou IFRS, objetivando melhor demonstrar os indicadores equivalentes aos ativos detidos, direta ou indiretamente, pela Conasa.

Nota 2. Impacto da 2ª onda da pandemia do COVID no consumo da população flutuante no verão

Nota 3. Ativos pré-operacionais. Sanema tem previsão contratual de início de operação em outubro de 2021; MT246 tem previsão contratual de início de operação em fevereiro de 2022; Luz de Belém inicia a operação após 120 dias de prazo de transição com a assinatura do contrato em 22 de março de 2021.

Nota 4. Veículos equivalentes refletem o número de veículos pagantes equivalentes a um veículo de passeio em relação à tarifa básica dos contratos de concessão.

Nota 5. Queda nos veículos equivalentes devido a concessão da Way MS-306 que impactou com a alteração de rota dos motoristas.

Nota 6. Início de operação em outubro de 2020.

Nota 7. Caragua Luz firmou, em dezembro de 2020, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão com a redução de contraprestação e extensão do contrato de PPP por 13 anos adicionais, estendendo-o para 26 anos de contrato.

Nota 8. Início de operação em setembro de 2021

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Relatório da administração****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As empresas sem controle não são consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, conforme normas IFRS, servindo os indicadores operacionais somente como referência.

DESTAQUES FINANCEIROS**RECEITAS**

A receita líquida encerrou o período findo de 31 de março de 2022 em R\$ 114.431 contra R\$ 108.924 no mesmo período de 2021, em decorrência principalmente da apuração total dos resultados das Companhias incorporadas ao final de 2021, que não consolidavam no respectivo período comparativo.

CUSTOS

No encerrando do período findo em 31 de março de 2022 os custos sofreram aumento de R\$ 25.769, totalizando R\$ 73.350 contra R\$ 47.581 no mesmo período de 2021. O aumento decorre do custo de construção de R\$ 37.115 neste período de 2022 contra R\$ 29.777 no mesmo período de 2021, que reflete os investimentos realizados pelas concessionárias e também é reflexo da consolidação das Companhias, que não consolidavam no mesmo período de 2021. Neste mesmo período o Lucro Bruto caiu para R\$ 41.081 contra R\$ 61.343 no mesmo período de 2021.

EBITDA

O EBITDA Consolidado encerrou com queda no período findo em 31 de março de 2022 em R\$ 36.849 contra R\$ 52.723 no mesmo período de 2021, devido principalmente ao fato de que em 2022 houve grande investimento nas investidas, em sua grande maioria nas companhias que ainda encontram-se em fase pré-operacional como: Via Brasil MT246, Via Brasil BR163 e Águas do sertão.

EBITDA	1T22	1T21
Lucro Líquido	5.721	35.195
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.659	11.176
Depreciação e Amortização	12.035	3.908
Resultado Financeiro	10.434	2.444
EBITDA	36.849	52.723
Dívida Bruta	1.020.048	288.408
Disponibilidades	503.663	40.359
Conta Reserva	55.963	3.228
Dívida Líquida	460.422	244.821
Dívida Líquida EBITDA	12,49 x	4,64 x

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Relatório da administração

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no período findo em 31 de março de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatados à auditoria externa, exceto para a emissão de carta conforto no processo de registro na Categoria B perante a CVM referente a investida Via Brasil BR163.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para os exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

A remuneração dos auditores no exercício de 2022 foi de R\$ 217 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R\$ 1.213 pela carta conforto e auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas do Grupo. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Balanco patrimonial
Em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021			31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		147.818	147.773	710.547	342.554	Circulante		444.105	100.126	579.643	223.460
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.714	107.338	503.663	242.692	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	381.260	49.015	415.140	77.719
Contas a receber de clientes	5	2.742	1.672	24.183	24.691	Fornecedores	17	4.910	2.957	79.942	84.478
Títulos de valores mobiliários	10	6.480	6.439	-	-	Passivo de arrendamentos	16	-	-	25.611	21.261
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	61.335	58.572	Salários e encargos sociais a pagar	19	638	569	4.552	4.051
Impostos a recuperar	6	1.256	831	4.395	3.972	Encargos tributários a pagar	20	595	579	12.580	9.302
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	-	-	4.534	4.716	Impostos e contribuições parcelados	21	664	814	16.028	16.498
Adiantamentos	8	226	183	11.200	5.170	Partes relacionadas	9	41.288	42.255	8.106	3.085
Partes relacionadas	9	130.047	29.933	97.026	908	Adiantamentos de terceiros	23	11.000	183	11.378	712
Outros ativos circulantes		83	107	3.980	1.602	Dividendos propostos	25.4	3.750	3.750	6.286	6.286
Dividendos a receber	12.b	1.270	1.270	231	231	Demais contas a pagar		-	4	20	68
Não circulante		1.166.046	547.558	1.658.819	1.278.403	Não circulante		104.871	92.918	693.607	665.293
Partes relacionadas	9	15.473	13.768	39.993	38.982	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	103.801	87.959	501.436	479.541
Títulos de valores mobiliários	10	12	14.886	55.963	54.525	Passivo de arrendamentos	16	-	-	77.861	74.186
Impostos a recuperar	6	-	-	1.599	1.603	Impostos e contribuições parcelados	21	695	778	30.495	30.847
Outros ativos não circulantes	11	1.543	902	25.161	11.957	Pis e Cofins diferidos	22	-	-	20.904	20.148
						Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	22	-	-	61.337	58.996
						Partes relacionadas	9	299	298	72	73
						Perda com investimentos	12	76	3.883	63	63
						Provisão para contingências	24	-	-	1.439	1.439
Investimentos	12	1.147.002	516.092	355.906	43.523	Patrimônio líquido atribuído aos controladores		764.888	502.287	764.888	502.287
Imobilizado	13	1.626	1.548	13.298	13.182	Capital social	25.1	356.631	360.490	356.631	360.490
Intangível	14	390	362	549.317	520.767	Ajuste de avaliação patrimonial	25.5	6.625	6.625	6.625	6.625
Direito de uso	16	-	-	105.714	99.085	Ágio na emissão de ações	25.6	16.914	16.914	16.914	16.914
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	511.868	494.779	Reservas legal	25.3	8.561	8.561	8.561	8.561
						Reserva de capital	25.1	264.373	-	264.373	-
						Reservas de lucros	25.2	109.697	109.697	109.697	109.697
						Lucros acumulados		2.087	-	2.087	-
						Participações de não controladores	25.7	-	-	331.228	229.917
Total do ativo		1.313.864	695.331	2.369.366	1.620.957	Total do patrimônio líquido		764.888	502.287	1.096.116	732.204
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.313.864	695.331	2.369.366	1.620.957

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas**Demonstração do resultado****Períodos findos em 31 de março****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional líquida	27	1.505	196	114.431	108.924
Custos dos serviços prestados	28	(3.177)	(728)	(73.350)	(47.581)
Lucro (prejuízo) bruto		(1.672)	(532)	41.081	61.343
Receitas (despesas) operacionais		15.430	12.335	(16.267)	(12.528)
Despesas gerais e administrativas	29	(4.645)	(3.590)	(15.553)	(9.771)
Despesas comerciais	29	(122)	(34)	(3.502)	(1.929)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	3.747	2.271	218	(147)
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	16.450	13.688	2.570	(681)
Resultado operacional antes dos resultados financeiros		13.758	11.803	24.814	48.815
Resultado financeiro	31	(11.671)	1.427	(10.434)	(2.444)
Despesas financeiras		(13.720)	(902)	(36.659)	(8.501)
Receitas financeiras		2.049	2.329	26.225	6.057
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.087	13.230	14.380	46.371
Imposto de renda e contribuição social	32	-	-	(8.659)	(11.176)
Corrente		-	-	(7.055)	(2.744)
Diferido		-	-	(1.604)	(8.432)
Lucro líquido do exercício		2.087	13.230	5.721	35.195
Atribuível aos controladores	26			2.087	13.230
Atribuível aos não controladores	26			3.634	21.965
Lucro por ação, básico e diluído - Em Reais	26			0,0081	0,0791

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas**Demonstração do resultado abrangente**
Períodos findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do exercício	2.087	13.230	5.721	35.195
Total do resultado abrangente do exercício	2.087	13.230	5.721	35.195
Atribuível aos controladores	-	-	2.087	13.230
Atribuível aos não controladores	-	-	3.634	21.965

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Períodos findos em 31 de março****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Consolidado											
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Capital	Ágio na emissão de ações	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
						Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2021		167.338	(2.505)	-	-	3.613	62.755	-	231.201	92.887	324.088
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.230	13.230	21.965	35.195
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2021		167.338	(2.505)	-	-	3.613	62.755	13.230	244.431	114.852	359.283
Saldos em 1º de janeiro de 2022		360.490	6.625	-	16.914	8.561	109.697	-	502.287	229.917	732.204
Integralização de capital	25.1 e 25.7	10	-	264.373	-	-	-	-	264.383	97.677	362.060
(-) Gastos de transação na emissão de ações	25.1	(3.869)	-	-	-	-	-	-	(3.869)	-	(3.869)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.087	2.087	3.634	5.721
Saldos em 31 de dezembro de 2021		356.631	6.625	264.373	16.914	8.561	109.697	2.087	764.888	331.228	1.096.116
As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.											

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.087	13.230	5.721	35.195
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização do intangível e direito de uso (vide notas 13.2, 14.b, e 16.1.1)	53	34	11.188	3.908
Baixa do ativo imobilizado e intangível (vide notas 13.2 e 14.b)	-	-	-	(1)
Reversão/provisão para contingências (vide nota 24.b)	-	-	-	(369)
Juros apropriados sobre empréstimos , financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	8.124	745	24.457	7.640
Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	4.172	(31)
Juros apropriados sobre parcelamentos (vide nota 31)	32	25	1.104	453
Amortização do custo de captação (vide nota 18.3)	855	-	1.507	143
Remensuração do ativo de contrato (vide nota 15.1)	-	-	(24.912)	(13.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.604	8.432
PIS e COFINS diferidos	-	-	756	2.956
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários (vide nota 10.2)	(1.030)	(2.313)	(79)	(3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 5.1)	-	-	2.666	1.165
Provisão para perdas - Aguas de Santo Antônio (vide nota 12.b)	2	692	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (vide nota 12.b)	(16.450)	(13.688)	(2.570)	681
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.070)	(271)	(2.108)	1.396
Demais contas a receber e adiantamentos	(687)	-	(7.195)	(959)
Créditos tributários	(425)	(59)	(419)	1.816
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	182	581
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.953	404	(4.929)	11.778
Encargos tributários a Pagar	(263)	(15)	3.714	(120)
Salários e encargos sociais a pagar	69	71	501	145
Impostos e contribuições parcelados	(265)	(184)	(1.926)	(2.564)
Adiantamentos de terceiros	-	82	11.000	(310)
Acordos comerciais	(500)	-	-	-
Demais contas a pagar	4.162	(461)	(8.455)	(504)
	(3.353)	(1.708)	15.979	58.008
Recebimentos de juros sobre títulos de valores mobiliários (vide nota 10.2)	9.540	50	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.587)	(2.349)
Juros pagos sobre passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	(1.453)	(28)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(641)	(565)	(4.433)	(3.048)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	5.546	(2.223)	8.506	52.583
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (vide notas 13.b e 14.b)	(131)	(50)	(38.305)	(773)
Recebimento de títulos e valores mobiliários (vide nota 10.2)	6.322	636	-	-
Aquisição de títulos de valores mobiliários (vide nota 10.2)	-	-	(1.359)	-
Recebimento de ativo de contrato de concessão	-	-	13.230	5.774
Ativo de contrato (receita de construção)	-	-	(7.783)	(73.412)
Empréstimos entre partes relacionadas	(101.819)	(1.671)	(97.129)	(943)
Dividendos recebidos (vide nota 12.b)	-	5.866	-	-
Aumento de capital nas investidas (vide nota 12.b)	(613.070)	(32.428)	(303.750)	(32.428)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(708.698)	(27.647)	(435.096)	(101.782)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Terceiros:				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	372.500	15.000	373.327	35.904
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(2.498)	-	(2.498)	-
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(30.253)	(1.852)	(33.044)	(4.809)
Amortização do passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	(3.395)	(168)
Custo de transação na emissão de ações (vide nota 25.6)	(3.869)	-	(3.869)	-
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	1.265	31.007	(5.020)	29.907
Lucros distribuídos (vide nota 25.2)	-	(914)	-	(914)
Integralização de capital e reserva de capital dos acionistas (vide nota 25.1)	264.383	-	362.060	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	601.528	43.241	687.561	59.920
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(101.624)	13.371	260.971	10.721
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	107.338	1.629	242.692	29.638
Final do exercício	5.714	15.000	503.663	40.359
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(101.624)	13.371	260.971	10.721

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas**Demonstração do valor adicionado****Períodos findos em 31 de março****(valores expressos em Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas de prestação de serviços e outros	1.702	221	76.787	42.617
Remuneração do ativo financeiro	-	-	8.271	7.980
Receitas referentes à construção de ativos próprios	3.616	3.124	36.768	66.757
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.666)	(1.165)
	5.318	3.345	119.160	116.189
Insumos adquiridos de terceiros	(6.775)	(3.896)	(71.215)	(52.161)
Produtos químicos consumidos	-	-	(575)	(371)
Materiais consumidos	-	-	(3.109)	(2.771)
Energia elétrica	(24)	(18)	(6.885)	(5.366)
Outros custos de produtos e serviços	-	-	(2.525)	(2.704)
Custo de construção	(3.177)	(728)	(37.115)	(29.777)
Serviços de terceiros contratados	(2.447)	(1.755)	(10.941)	(7.315)
Ganho/Perdas na realização e recuperação de ativos	-	-	-	178
Outras despesas operacionais	(1.127)	(1.395)	(10.065)	(4.035)
Valor adicionado bruto	(1.457)	(551)	47.945	64.028
Depreciações e amortizações	(53)	(34)	(11.188)	(3.908)
Valor adicionado líquido	(1.510)	(585)	36.757	60.120
Resultado da equivalência patrimonial	16.450	13.688	2.570	(681)
Receitas financeiras	2.049	2.329	26.225	6.057
Valor adicionado total a distribuir	16.989	15.432	65.552	65.496
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	1.446	968	7.232	3.839
Remuneração Direta	1.221	785	5.425	2.975
Benefícios	145	143	1.404	619
FGTS	80	40	403	245
	1.446	968	7.232	3.839
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	5.104	441	22.289	18.169
Federais	5.049	421	19.969	17.144
Estaduais	13	11	153	212
Municipais	42	9	2.167	813
	5.104	441	22.289	18.169
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	138	90	432	255
Juros e variações monetárias	8.214	703	29.878	8.038
Distribuição de dividendos	-	914	-	914
	8.352	1.707	30.310	9.207
Lucro líquido do exercício não distribuído	2.087	12.316	5.721	34.281
Total	16.989	15.432	65.552	65.496

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Companhia", "Conasa") ou, em conjunto com as empresas controladas, ("Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR.

Em 16 de dezembro de 2021, a Conasa concluiu a aquisição das participações societárias em certas empresas junto a Companhia Zeta Infraestrutura S.A. e U2S, em que a Conasa passou a deter o controle desses negócios em troca da emissão e entrega de 18.593.118 ações ordinárias no valor de R\$ 70.727 em favor desta, em contrapartida pela aquisição dessa participação com ágio na emissão de ações no montante de R\$ 16.914 e transação de capital no montante de R\$ 9.130.

A aquisição destes ativos visou a consolidação de participação em ativos já detidos pela Companhia em que a Zeta Infraestrutura S.A. detinha participação minoritária, com objetivo de consolidar controle da Conasa sobre tais ativos.

A Zeta detinha 34% da ASB, 25% da Luz de Belém, 12% da Via Brasil MT 100, 12 % da Via Brasil MT 320 e 12% da Via Brasil MT 246. Com a incorporação, a Conasa passou a deter 68% da ASB, a qual era controlada por acordo de voto, 75% da Luz de Belém, 52% da Via Brasil MT 100, 52 % da Via Brasil MT 320 e 52% da Via Brasil MT 246 e controlará tais Companhias nas principais decisões corporativas.

A U2S, que é a controladora da Zeta Infraestrutura, passou a integrar o bloco acionário da Companhia. Desta forma, os quatro ativos que ainda não eram controladas passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras a partir da data da aquisição de controle, onde foi utilizado para todos os efeitos de resultados os saldos dos balancetes de 30 de novembro de 2021, data da finalização da aquisição. Desta forma os demonstrativos de resultados do consolidado em 31 de março de 2022 estarão compostos considerando a aquisição das 4 participações adquiridas, não podendo de tal forma ser comparado com os saldos de 31 de março de 2021.

Ao final de 2021 a Companhia através do FIP – Infra Setorial Fundo de Investimentos e Participações emitiu 29.931.192 ações ordinárias, por conseguinte aumentou o capital social em R\$ 130.500. Em 10 de fevereiro de 2022 a Companhia emitiu 60.638.409 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal com preço de R\$ 4.36 (quatro reais e trinta e seis centavos) por ação totalizando um montante de R\$ 264.383 os quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas FIP – Infra Setorial Fundo de Investimentos e Participações e sua nova acionista DF Brasil SPV I, LLC, Companhia de investimentos americana. A acionista U2S participações renunciou ao seu direito de preferência para fins de aumento de capital.

1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente nos ramos de saneamento, iluminação pública e rodovias.

Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, principalmente durante as fases de investimento, necessidades de capital. A Companhia vem estruturando financiamentos para os investimentos das investidas e capitalizando-as, conforme necessidade.

A situação econômico-financeira de suas controladas e coligadas é verificada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa. A Companhia dará o suporte necessário para a continuidade operacional de suas controladas.

Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócio de cada concessão que preveem fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Reversão do capital circulante líquido negativo (Controladora)

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 296.287 na controladora. A característica de capital intensivo de infraestrutura, com alocação de capital para retorno dos investimentos em longo prazo, impõe eventuais deslocamentos entre passivos e resultados.

Os planos da administração incluem o aumento dos resultados já em 2022, como o aumento do resultado com a expansão de esgoto ocorridos em 2021 na investida Aguas de Itapema, aumento do resultado da Via Brasil MT 320 com o encerramento do ciclo de investimentos, início de operação da Sanema no final de 2021, resultados com a conclusão de eficientização da Teresina Luz, início da arrecadação previsto para junho da Via Brasil MT-246, assim como a previsão para arrecadação em outubro da Via Brasil BR-163. Tais efeitos gerarão fluxo de caixa operacional trazendo os resultados para a Controladora para reversão do capital circulante negativo.

A captação de recursos pontes de curto prazo para integralização de capital nas investidas Via Brasil BR-163 e Aguas do Sertão, motivo este do capital circulante encerrar negativo no período findo em 31 de março de 2022, serão convertidos em financiamentos de longo prazo com a captação de novos recursos para crescimento da Companhia.

1.3. Investimentos (Ativos de concessão e outros)

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 21 empresas, sendo 12 concessões ou Parcerias Público Privadas ("PPPs"), além de 4 consórcios que se sagraram vencedores de concessões e contratos em 2020 e 1 em 2021, conforme descrito a seguir:

Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema")

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, a Águas de Itapema investiu R\$ 47.866, R\$ 19.561 e R\$ 7.612 respectivamente, para ampliação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto")

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Em 2019, a Companhia encerrou o processo de aquisição iniciado em 2012, adquirindo os 50,05% restantes de ações. Com tal transferência de ações, a Companhia passou a deter 100% das ações da Sanesalto e a consolidar as demonstrações financeiras da controlada.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A ("ASB")

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. Ao final de 2019, a Conasa assumiu o controle da ASB, através de acordo de acionistas, consolidando por consequência ASB e Sanema.

Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema")

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2021	2051	Contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto.	Maceió-AL

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de locação dos ativos à CASAL por 30 anos após a entrega das obras, contratualmente prevista para setembro de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, o Estado de Alagoas e a empresa BRK Ambiental assinaram contrato de concessão da CASAL para a prestação dos serviços de água e esgoto das 13 cidades da Região Metropolitana de Maceió. Sendo assim, a BRK é sucessora da CASAL no Contrato de locação de ativos com a Sanema. Em 31 de outubro de 2021 a Sanema concluiu as obras do ativo e iniciou-se o recebimento do VML (Valor Mensal de Locação).

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul")

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas dessa concessionária.

Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti")

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos, no entanto ainda não iniciaram suas operações.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João do Meriti-RJ

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou Edital de concorrência Internacional nº 001/2020, cujo objeto consiste na Concessão Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para concessão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal Edital confirma a validade do Contrato de Concessão da Águas de Meriti e possibilitará, conforme expectativa da Administração, a retomada da concessão até 2022. Com efeito em 30 de abril de 2021, o Consórcio Aegea liderado pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (com participação do Grupo Equipav, do GIG – Fundo Soberano de Singapura e da Itaúsa), sagrou-se vencedor das ofertas apresentadas para os blocos 1 e 4 (este último bloco compreende o município de São João do Meriti), conforme licitação realizada à B3 ("leilão da Cedae"). Em fevereiro de 2022 iniciou-se as primeiras movimentações para a retomada da concessão.

Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")

A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. Detém planta operacional em Salto – SP e planta em fase de licenciamento ambiental em Itapema – SC, já com terreno adquirido.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")

A Águas de Santo Antônio é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004.

Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

Consórcio FEC ("Consórcio FEC")

O Consórcio FEC, composto pela Conasa (25,44%), Etesco e Fast venceu a concorrência em agosto de 2020 para implantação de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (URQA) em áreas informais constantes do pacote do programa Novo Rio Pinheiros, o qual prevê intervenções de saneamento e socioambientais com o objetivo de recuperar o rio Pinheiros.

O contrato com a Sabesp prevê a implantação, operação e manutenção das URQAs que vão tratar o esgoto lançado nos córregos Jaguaré e Antonico, ambos afluentes do Pinheiros com vazões de 300L/s e de 180L/s respectivamente, sendo esta estratégia concebida para suprir a falta de espaço que impossibilita a implantação de sistema coletor, por meio de infraestrutura convencional.

O prazo previsto para a implantação é de até 22 meses, com operação e manutenção em um prazo total de 10 anos. O valor de contrato é de R\$ 87,4 milhões (não auditado) na modalidade de desempenho e conta com uma inovação tecnológica adicional pioneira no país, incorporando a oxidação de ozônio por Nanobolha ao processo convencional.

Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficiência energética.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, na CaraguaLuz e na MarabáLuz, destacadas abaixo.

Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete")

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João do Meriti-RJ

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caraguá Luz S.A. ("CaraguaLuz")

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a efficientização e gestão do parque de iluminação pública o município.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba, conforme definições do 1º reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e consequente prorrogação do contrato por mais 13 anos, totalizando 26 anos de contrato.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais referente ao exercício 2020, cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato, e novo ciclo de investimento e modernização.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2041	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Caraguatatuba-SP

Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz")

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP.

Mauá Luz Ltda. ("Mauá Luz")

A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A concessão administrativa é de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Mauá - SP

Teresina Luz Ltda. ("Teresina Luz")

A Teresina Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Teresina-PI. A concessão administrativa é de 20 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em agosto de 2020.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2020	2040	Concessionária responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Teresina - PI

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoponi, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, sob o número 0830280-47-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19 o processo licitatório nº 042.002249/19. No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

Em junho de 2021, foi apresentado Recurso de Apelação pelo Consórcio Teresina Luz, o qual não foi provido pela 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo-se a sentença de 1º Grau, com a publicação do Acórdão em 23/03/2022. Atualmente foi interposto Embargos Declaratórios pelo Consórcio Teresina Luz, a ser apreciado.

Luz de Belém S.A. ("Luz de Belém")

Em novembro de 2020, a Companhia participou como líder (50%) do leilão para PPP de iluminação pública de Belém – PA, projeto estruturado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e leilão promovido pela B3, sagrando-se vencedora. O contrato inclui a efficientização por LED de todo o parque de iluminação em até 24 meses, e a gestão do parque por 13 anos.

Foi impetrado mandado de segurança pela Proteres, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Conasa Infraestrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020. No TJ/PA, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento.

A Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas do Estado do Pará ainda está analisando e a Administração entende que o pedido da Proteres é improcedente.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	Cidade/UF
2021	2034	Consórcio vencedor da concessão responsável pela gestão e efficientização do parque de iluminação pública do município	Belém - PA

Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM")

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de efficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.

Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 100")

A Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho da rodovia estadual MT100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari no Mato Grosso, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de duas praças de pedágio e reforma do pavimento para

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 100 iniciou a cobrança do pedágio em dezembro de 2019. Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento perante ao BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$ 200.000 para investimentos previstos até o 7º ano de concessão.

Em dezembro de 2021 conforme primeiro aditivo do contrato de concessão, foi celebrado o reequilíbrio econômico da Companhia, conforme cláusula 39.4 do contrato de concessão, onde houveram mudanças nas características do contrato, dentre elas, a outorga variável paga a Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) que era de 1% sobre a receita tarifária, passa a ser a partir do segundo trimestre de 2021 reduzida a 0%, além de postergação de vários investimentos.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão de trecho da rodovia MT 100	Mato Grosso

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 320")

A Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho das rodovias estaduais MT320 e MT208 entre os municípios de Alta Floresta e Nova Santa Helena no Mato Grosso, com assunção da gestão das rodovias em 21 de maio de 2019. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de três praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 320 iniciou a cobrança do pedágio em outubro de 2020.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT 320 e 208	Mato Grosso

Consórcio Via Brasil MT 246 ("Via Brasil MT 246")

Em 26 de novembro de 2020, o Consórcio Via Brasil MT 246 sagrou-se vencedor do leilão do Lote 2-Tangará da Serra para concessão das rodovias estaduais MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480 com 233,2 quilômetros de extensão, promovido na B3 pelo Governo do Estado de Mato Grosso. A concessão terá prazo de 30 anos e a expectativa da Administração é de assinatura do contrato em março de 2021.

O lote inclui um trecho de 233,2 km de rodovias entre Jangada e Itanorte, passando por Tangará da Serra. O contrato prevê investimentos estimados de R\$ 730 milhões (não auditado) e tem duração de 30 anos. A rodovia possui alta demanda do agronegócio e alimenta rotas de escoamento da safra. A administração prevê que se conclua as obras em maio de 2022, com início das arrecadações em junho.

Início	Fim	Atividade	UF
Estimado	Estimado		
2021	2051	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT246, MT343, MT358 e MT480	Mato Grosso

Consórcio Via Brasil BR 163 ("Via Brasil BR 163")

Em 07 de julho de 2021, o Consórcio Via Brasil foi declarado vencedor do leilão da rodovia BR-163/230/MT/PA, cujo sistema rodoviário compreende um total de 1.009,5 km de extensão que faz a interligação entre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ele constitui um eixo fundamental para escoamento da produção (principalmente agropecuária) da parte paraense da Região Norte e da norte da Região Centro-Oeste, conectando terminais portuários do Arco Norte (Rio Tapajós) ao município de Sinop (MT). Os investimentos na concessão são estimados em mais de R\$ 1,8 bilhão em reais de 06/2021 e têm como objetivo melhorias na infraestrutura nos 10 anos de duração do contrato de concessão. O contrato de concessão foi assinado em 1º de abril de 2022.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Início Estimado 2022	Fim Estimado 2032	Atividade	UF
		Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias BR-163 / 230 / MT/PA	Mato Grosso

Águas do Sertão

Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), compreendendo mais de 560 mil habitantes. O lance representado pela outorga foi de R\$ 1,215 bilhão para o gerenciamento dos serviços pelos próximos 35 anos.

Além da outorga, o consórcio fará investimentos previstos de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. Para o abastecimento de água estão estimados em R\$ 883.411 milhões e compreendem os sistemas coletivos de água Sertão, Bacia Leiteira, Carangueja e Caçamba e Agreste. Para a coleta e tratamento de esgoto o aporte será de R\$ 1.014.053 bilhão. A entrega da concessão está prevista para início de setembro de 2022.

Início Estimado 2022	Fim Estimado 2057	Atividade	UF
		Concessionária responsável pela gestão de tratamento de água e esgoto de 34 municípios do Agreste de Alagoas.	Alagoas

1.4 Impactos da Pandemia (COVID-19)

Os impactos da pandemia na Companhia e suas investidas foram limitados, com perda marginal de receita e aumento controlável da inadimplência. Além disso, houve atrasos na execução de investimentos previstos para o exercício de 2020, sem prejuízo aos contratos de concessão e obrigações previstas, mas com postergação dos resultados oriundos de tais investimentos. Para o encerramento do exercício de 2021, a Companhia foi afetada no primeiro trimestre principalmente na investida Águas de Itapema, por ser cidade litorânea, onde decretos com restrições fizeram com que reduzisse a receita desta investida em valores estimados de R\$ 3.700, mesmo levando em consideração o aumento tarifário de 12,14%. Mesmo considerando esta queda na receita no primeiro trimestre de 2021, comparados ao mesmo período de 2020, a investida não sofreu impacto nos seus fluxos de caixa, uma vez que nos outros períodos não sofreu queda em seu faturamento e ao encerramento do exercício obteve um aumento significativo em 15,91% no faturamento anual recuperando sua receita com a retomada do turismo no litoral catarinense. Para o encerramento do período de três meses findo em 31 de março de 2022 a Companhia Águas de Itapema realizou um faturamento jamais obtido anteriormente no montante de R\$ 29.135.

2 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras intermediárias

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2022 em 20 de abril de 2022.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Base de preparação das informações contábeis:

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo o pronunciamento CPC 21 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IAS 34, emitida pelo International Accounting Standards, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas na Nota 3.5.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.7.

3.3. Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Para o encerramento do período findo em 31 de março de 2022, conforme mencionado na nota 1.1, os ativos e passivos das 4 companhias ao qual a Conasa Infraestrutura já detinha participações, foram consolidados os saldos com base em 31 de dezembro de 2021. Já os resultados destas mesmas foram utilizados apenas as movimentações de dezembro de 2021, onde iniciou-se o controle de participações.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
	31/03/2022	31/12/2021
Controladas diretas		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A. (****)	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	68,72%	68,72%
Luz de Belém	75,00%	75,00%
Via Brasil MT- 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil MT- 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil MT- 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil BR- 163 Concessionária de Rodovias S.A.	76,00%	76,00%
Controladas indiretas (**)		
Alegrete RJ Participações S.A.	45,00%	45,00%
Caragua Luz S.A.	27,50%	27,50%
Consórcio Caraguá	27,50%	27,50%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	66,66%	66,66%
Coligadas (*)		
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Marabá Luz SPE S.A.	20,00%	20,00%
Coligadas indiretas (*)		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
Controlada em conjunto (***)		
Teresina Luz S.A.	33,33%	33,33%
Águas do Sertão S.A.	50,00%	-

(*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras intermediárias.

(**) Alegrete e a CaraguaLuz e Consórcio Caraguá são controladas através da Urbeluz e a Sanema é controlada através da ASB.

(***) A investida Teresina Luz é controlada em conjunto, onde as decisões devem ter pelo menos 75% de aprovação, o que requer unanimidade dentre os acionistas, assim como a Águas do Sertão.

(****) A Urbeluz, apesar da participação ser de 50%, faz parte da consolidação pelo acordo de votos junto ao acionista monitritário.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.5. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

3.5.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição, e somente quando há aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participação de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", se existirem.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária relevante que lhe assegura direito de influência na gestão via Assembleia, Conselho de Administração ou Diretoria, mas sem controle individual sobre tais órgãos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras intermediárias para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras intermediárias.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e/ou empréstimos em conta corrente são demonstrados no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante.

3.5.3 Ativos e passivos financeiros

3.5.3.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber.

3.5.3.2 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.5.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

3.5.5 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, à alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso". As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5.6. Ativos de contrato de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de contrato de concessão.

No reconhecimento inicial, o ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente, o ativo de contrato de concessão é apresentado pelo custo amortizado, sendo atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("TRAC") e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos de cada contrato e de mercado. Essa taxa remunerará o ativo de contrato de concessão no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura.

3.5.7. Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com poderes concedentes.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível, a depender das características da concessão, à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo de contrato de concessão, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com os prazos dos contratos de concessão ou pela vida útil econômica dos bens, dos dois prazos o menor. Nos ativos de contrato de concessão, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. Os Contratos de Concessão preveem a reversão do ativo ao final do período contratual, fazendo com que a amortização ocorra até seu término. Em casos específicos que haja desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, ativos intangíveis não amortizados devem ser indenizados pelo Poder Concedente para reversão do ativo.

b) Mais valia em investimentos

A mais valia reconhecida na aquisição de controladas representa a diferença entre o valor pago e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis no momento da aquisição, estando alocada no ativo intangível e no ativo de contrato vinculado à concessão e é amortizada ao longo do prazo de concessão das investidas.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.8. Imobilizado

Terrenos e edificações que compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs ou não reversíveis ao final dessas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, limitado ao prazo da concessão, quando este for inferior à vida útil, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada, como segue:

	Taxa de depreciação ao ano
Edificações	4%
Instalações	4%
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 %

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

3.5.9. Impairment de ativos não financeiros

A administração testa anualmente seus ativos não financeiros para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados, ao menos anualmente, para a verificação de impairment. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, no caso cada investimento é considerado como uma UGC (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)), pois cada investimento é constituído para atender um contrato de concessão. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada empresa individual como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

O Grupo determina a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, utilizando-a para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

3.5.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.5.12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos, como custo de captação, são reconhecidos como redutor do passivo e são amortizados no mesmo período corrente dos pagamentos dos empréstimos e financiamentos. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.5.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.5.14. Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de saúde, vale alimentação, seguros de vida entre outros de curto prazo se a Companhia e suas investidas tiverem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.5.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O Grupo não tem como prática reconhecer os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal, mesmo considerando expectativas de realização.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Na apuração pelo regime de lucro real o imposto de renda e a contribuição social são calculados considerando a adição de despesas não dedutíveis, assim como a exclusão das receitas não tributáveis. Para a apuração no regime de lucro presumido na maioria das investidas é calculado a presunção das receitas em 32%, exceto as empresas equiparadas a construção civil onde a presunção é de 8% e 12% para imposto de renda e contribuição social respectivamente.

A administração do Grupo avalia anualmente através de seus planos de negócios, assim como o ano atual e a situação econômica das investidas, qual é o melhor regime tributário a ser aplicado em cada uma. A controladora optou para o exercício de 2022 o regime tributário de lucro real, assim como para o exercício de 2021. Segue abaixo os regimes tributários das investidas diretas e indiretas do Grupo independente da consolidação:

Investidas Grupo Conasa	Regime Tributário 2022	Regime Tributário 2021
Companhia Águas de Itapema	Lucro Real	Lucro Real
Sanesalto Saneamento S.A.	Lucro Real	Lucro Presumido
Sanetrat Saneamento S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Conasa-SPE S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sanesul – Construtora Saneamento do Sul S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Agua de Santo Antônio	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Concessionária Agua de Meriti Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Mauá Luz Ltda	Lucro Real	Lucro Real
Construtora Luz de Mauá Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Marabá Luz Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sanema – Saneamento Maceió Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Urbeluz Energética S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Alegrete RJ Participações S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
CaraguaLuz SPE S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Consórcio Caragua	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Via Brasil MT-100	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil MT-320	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil MT-246	Lucro Real	Lucro Real
Luz de Belém S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Teresina Luz S.A	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil BR 163	Lucro Real	Lucro Real
Agua do Sertão S.A.	Lucro Real	-

3.5.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.5.16. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

- a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros conforme juros obtidos através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, caso em que a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula, exceto em casos que o contrato estabeleça de forma objetiva o valor contratual envolvido, como no caso da controlada Sanema, em que a receita de construção é reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos na Sanema, estabelecendo margem entre o valor do contrato e o custo orçado. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas são divulgados para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.
- c) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor efetivamente medido ou faturado.
- d) **Remuneração do ativo de contrato de concessão:** Receita de remuneração do ativo de contrato de concessão é reconhecida sobre a correção monetária dos saldos dos investimentos realizados ao longo contrato, sendo parte constante no ativo a receber ao longo dos contratos de concessões através das contraprestações.

3.5.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. As Companhia do Grupo provisionam valores abaixo do mínimo obrigatório apenas quando explícito no estatuto.

3.5.18. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todos os instrumentos financeiros conversíveis em ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

3.5.19. Impairment de ativos de contrato de concessão

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos de contrato de concessão mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo de contrato de concessão aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

3.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia. Sua distribuição durante determinado período é apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é introduzida como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias. Para as práticas internacionais – IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

3.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

- a) **Impairment de ativo financeiro - Mútuo a receber:** a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 14.537 na rubrica de "Partes Relacionadas" decorrente de mútuos com sua parte relacionada Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, que também é acionista da Urbeluz, conforme divulgado na nota explicativa 9. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito e a capacidade de pagamento da contraparte. A Companhia vem acompanhando, com o apoio de seus assessores jurídicos, a evolução do caso. Durante o ano de 2020, a Companhia obteve na justiça o direito de penhora de recebíveis futuros detidos pela Cobrapar, os quais serão utilizados para quitação do mútuo a receber.
- b) **Receitas a faturar:** Em 31 de março de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 2.842 (R\$ 5.841 em 2021) na rubrica de "Contas a Receber – a Faturar" decorrente de medições realizadas e não faturadas através de suas filiais e de suas investidas Caraguá Luz e Alegrete dos contratos de PPPs com os municípios de Caraguatatuba e São João do Meriti, respectivamente, onde é reconhecida a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pelas prefeituras logo após o empenho e autorização da secretaria da fazenda de cada município. A Companhia realiza essas estimativas e reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa 5, e eventuais provisões em recebimentos vencidos acima de 180 dias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.5.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, os quais incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.
- d) **Contabilização de perdas para créditos de liquidação duvidosa** - A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas conforme CPC 48/IFRS 9. A Companhia e suas controladas avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.
- e) **Definição de margem de construção** – A Companhia adota o custo de construção como métrica para a receita de construção sempre que não há definição contratual para o valor da receita de construção, nos contratos de concessão e PPP. No caso específico da Sanema, o contrato de construção seguido de locação tem definição específica de valor contratual, tendo a investida adotado tal valor para contabilização da receita de construção, constituindo, portanto, margem de construção entre tal receita e o custo de construção. Nos demais contratos de concessão e PPPs, as respectivas administrações adotam margem zero para a contabilização das receitas e custos de construção. Neste entendimento, a Companhia não reconhece margem de construção porque os modelos de concessão não se destinam a gerar lucros a partir da construção da infraestrutura, mas a partir da exploração dos ativos investidos com a respectiva prestação de serviços, sendo irrelevante eventuais margens de construção.
- f) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão de rodovias a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível operacional da Companhia. No contrato de concessão das rodovias do estado do Mato Grosso, está previsto a outorga variável que 3% do valor da receita bruta, porém na investida Via Brasil MT-100, com o reequilíbrio econômico do contrato de concessão, passa a ser de 2% após o primeiro trimestre de 2021. A administração optou em apropriar diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando uma das premissas item 28 do OCPC 05.

3.8. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho por compra vantajosa".

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e já estão em vigor para o exercício de 2022 e 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias do Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e saldos em conta corrente	5.491	25	8.566	2.318
Aplicação liquidez imediata (a)	223	107.313	495.097	240.374
	5.714	107.338	503.663	242.692

- (a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de março de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 90% do CDI (81% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas a receber - saneamento	-	-	20.427	17.873
Contas a receber - iluminação pública	-	-	20.395	18.658
Contas a receber - rodovias	-	-	4.470	4.562
Contas a receber - partes relacionadas	2.742	1.672	859	512
Contas a receber - demais clientes	-	-	1.142	531
Contas a receber - a faturar (*)	-	-	2.842	5.841
(-) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	-	-	(25.952)	(23.286)
	2.742	1.672	24.183	24.691

(*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo das PPPs em contratos de iluminação pública, conforme suas medições, porém não faturados até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas, que na média encerrou o período findo em 31 de março de 2022 em

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1,79% (1,82% em 31 de dezembro 2021), conforme CPC 48/IFRS 9. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.

Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
A vencer - faturados	2.742	1.672	15.452	14.532
A vencer - a faturar	-	-	2.842	5.841
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	4.712	4.519
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	3.078	3.008
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	10.062	8.110
Vencidos acima de 180 dias	-	-	13.989	11.967
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(25.952)	(23.286)
	2.742	1.672	24.183	24.691

5.1 Movimentação das Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	23.286	15.079
Atualização / Reversão PCLD	(61)	(1.201)
Créditos provisionados no exercício	2.727	9.408
Saldos finais	25.952	23.286

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, além da análise do atual cenário da pandemia de Covid-19, a administração da Companhia e de suas controladas, decidiram constituir provisão estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante líquido de R\$ 2.666 em 31 de março de 2022 (R\$ 8.207 em 31 de dezembro 2021). O maior volume de registros de perdas se concentra na investida Alegrete Participações S.A. onde há atrasos de contraprestações por parte da Prefeitura de São João do Meriti-RJ.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
PIS a recuperar	64	34	297	351
COFINS a recuperar	295	159	1.372	1.624
INSS a compensar (a)	33	21	259	178
IRRF a compensar	835	588	2.320	1.674
CSLL a recuperar	-	-	103	103
Outros impostos a recuperar	29	29	44	42
	1.256	831	4.395	3.972
Ativo não circulante				
PIS a recuperar sobre Intangível	-	-	18	23
COFINS a recuperar sobre intangível	-	-	79	110
INSS a compensar (a)	-	-	1.502	1.470
	-	-	1.599	1.603
	1.256	831	5.994	5.575

- a) As investidas Urbeluz e Caraguá Luz possuem créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, sendo que esses foram objetos de pedido de restituição perante a Receita Federal e que está previsto para ressarcimento no próximo ano.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

Estoques nas concessões e PPPs são classificados como ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços a serem prestados e são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Materiais de uso e consumo	452	441
Bombas e equipamentos	287	287
Tubos e conexões para água	160	167
Tubos e conexões para esgoto	920	929
Postes e acessórios	156	146
Fios e cabos	156	159
Lâmpadas e luminárias	1.532	1.738
Reatores e relês	233	179
Ar condicionados e ventiladores	18	18
Ferramentas	-	2
Outros materiais para manutenção	620	650
	4.534	4.716

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários	8	24	224	244
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	10.758	4.667
Outros	218	159	218	259
	226	183	11.200	5.170

- (a) Adiantamentos a fornecedores realizados durante o período, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos de concessão que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos meses. Destaca-se adiantamentos realizados pela controlada Urbeluz com R\$ 3.376. Os referidos valores não sofrem atualização monetária, pois já se realizam e são reconhecidos como investimentos no mês subsequente ao adiantamento através das medições realizadas.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Sanesalto (f)	5.447	5.947	-	-
Sanetrat	-	-	-	-
Marabá Luz Ltda	70	70	70	263
Consórcio Caraguá (j)	3.000	3.000	1.350	1.665
Conasa SPE	700	716	-	-
Luz e Belém S.A. (h)	32.071	32.522	-	-
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (Copasa)	-	-	176	-
Urbeluz	-	-	335	-
Cld Construtora Ltda	-	-	4.680	-
Fbs Construção Civil e Pavimentação Ltda	-	-	943	-
Construtora Rocha Cavalcante Ltda (l)	-	-	-	161
Zetta Infraestrutura e Participacoes S.A. (d)	-	-	-	636
M4 Investimentos e Participacoes Ltda (l)	-	-	538	153
Engenharia de Materiais Ltda (l)	-	-	14	207
	41.288	42.255	8.106	3.085
Passivo não circulante				
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	-	-	2	-
Consórcio Caraguá	-	-	-	7
Via Brasil MT-246	232	232	-	-
Cld Construtora, Lacos Det. e Elet. Ltda	67	66	70	66
Sanesalto (f)	-	-	-	-
	299	298	72	73
	41.587	42.553	8.178	3.158

- (a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos. Cabe mencionar que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre esses adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. Os AFACs serão convertidos quando da autorização pelas assembleias gerais ou reunião de sócios das investidas para aumento de capital.
- (b) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados à Companhia, foram provisionados para perdas devido a riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, resolveu constituir a provisão para perda.
- (c) A Sanesul realizou aportes destinados à concessão da Águas de Meriti Ltda., dos quais parte já foram convertidos em integralização de capital, e o restante serão em períodos subsequentes. Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda.
- (d) Em 30 de dezembro de 2019, com o recebimento da liquidação das suas debêntures, a controlada Conasa-SPE firmou contrato de mútuo entre partes relacionadas com a Zetta Infraestrutura S/A, onde foi aplicado juros remuneratórios de 8,75% ao ano, a ser liquidado em 24 parcelas, iniciando-se o pagamento em 30 de maio de 2020 e que estavam sendo pagos conforme cronograma de parcelamento. Com a conclusão da aquisição das participações nos investimentos da Zetta em 16 de dezembro de 2021, a Conasa liquidou o seu crédito.
- (e) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, para investimento desta em Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"). O vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, em 6 de março de 2017, a Companhia ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Urbeluz solicitou, judicialmente, que parte dos valores referentes à venda dos projetos de PCHs de propriedade da Cobrapar fossem bloqueados como garantia de pagamento do mútuo acima informado. Em 17/12/2019 foi deferido o pedido do bloqueio dos recebíveis tendo sido já revertido em depósitos judiciais em favor da Urbeluz conforme descrito a seguir.

A Urbeluz obteve decisão favorável no processo de execução, com a penhora de recebíveis de titularidade da Cobrapar, conforme decisão 0701369-23.2017.8.07.0001 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Em 2020, a empresa Tradener que adquiriu PCHs da Cobrapar manifestou intenção de celebrar acordo com a Cobrapar (que se reverte em favor da Urbeluz) por meio da antecipação dos pagamentos futuros que são objeto da penhora judicial para atender à notificação judicial recebida.

Em 7 de outubro de 2020 a Tradener firmou o acordo de pagamentos em 12 parcelas mensais que serão devidos a partir do 36º mês após a data de cumprimento, pela Cobrapar, das condições estabelecidas nos instrumentos de renegociação. A Tradener informou que somente a PCH Tamboril cumpriu com todas as condições precedentes previstas nos instrumentos de renegociação, sendo que as demais PCHs aguardam apenas a emissão de licenças de instalação pela SEMARH/GO. Diante disso, a Tradener já realizou depósitos em juízo no valor total de R\$ 2.814 referente as parcelas de outubro de 2020 a março de 2021, do pagamento da PCH de Tamboril. Abaixo o valor de cada PCH:

PCH	VALOR
TAMBORIL	R\$ 5.494
GALAMEIRA	R\$ 5.636
SALGADO	R\$ 4.831
SÃO BARTOLOMEU	R\$ 6.441
TOTAL	R\$ 22.403

O valor das PCHs penhorado como recebíveis, é superior ao valor contábil dos créditos que a Urbeluz tem de direito, A Companhia tem o saldo em 31 de março de 2022 atualizado de R\$ 48.515. A Urbeluz realizou impairment mantendo o saldo contábil de R\$ 14.537.

A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia (43%), e o valor poderá ser realizado por meio da retenção de proventos ao acionista devedor, bem como retenção de distribuição de dividendos, ou as próprias ações.

- (f) Os valores devidos pela controladora referem-se a recursos recebidos que serão liquidados no curto prazo com resultados futuros no valor de R\$ 2.035. O restante dos valores refere-se aos créditos tributários do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, da controladora e coligadas que adquiriram junto à Sanesalto Saneamento S.A. créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Sendo a controladora no valor de R\$ 3.912, as coligadas Companhia Águas de Itapema R\$ 2.918 e Sanetrat Saneamento S/A R\$ 539. Os saldos serão liquidados com vencimento final até 31 de maio de 2022.
- (g) A Teresina Luz firmou contrato de empreitada global com a Construtora LM. O contrato previa pagamento de adiantamento, o qual foi realizado pela cessão de crédito detido pela TeresinaLuz contra seus acionistas sendo a parcela da Conasa no valor de R\$ 6.666, portanto essa obrigação foi assumida pela Conasa Infraestrutura. Os valores pagos pela Conasa para a parte relacionada Construtora LM tinha prazo de vencimento em 6 parcelas e foi concluído em setembro de 2021 e não havia juros remuneratórios. Diante da necessidade de conclusão das obras no projeto da Teresina, a Conasa aportou recursos no valor de R\$ 4.778 até o final do exercício de 2021, que serão integralizados no próximo exercício.
- (h) A Companhia realizou os investimentos iniciais para assinatura da ordem de serviço com a investida Luz de Belém S.A integralizando o seu capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contato, a investida resolveu realizar contrato de mútuo com a controladora até que assine o contrato para execução das obras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Companhia firmou contrato de mútuo com sua investida Sanema Saneamento de Maceió Ltda para conclusão de suas obras. com vencimento em 30 de setembro de 2022, onde não há juros remuneratórios. A Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.
- (j) A Companhia firmou contrato de mútuo com o Consórcio Caraguá, investida de sua controlada Urbeluz Energética S.A, com juros remuneratórios de 1% ao mês + IPCA, com vencimento em 5 de dezembro de 2022.
- (k) A investida Luz de Belém S.A. recebeu investimento para integralização do seu capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contrato, a investida resolveu realizar contrato de mútuo com a acionista Ello, Serviços, obras e Participações S.A. até que assine o contrato para execução das obras.
- (l) Em fevereiro de 2022, quando da necessidade de aporte de capital necessário para o cumprimento das condições precedentes para a assinatura do Contrato de Concessão da Via Brasil BR-163, os acionistas minoritários indicaram não possuir os recursos suficientes para o aporte na proporção da respectiva participação no Consórcio. Dessa forma, a Companhia ofereceu os recursos necessários para a realização dos aportes e firmou com cada um dos minoritários contratos de mútuos. Os contratos de mútuos previam a correção do saldo pela variação do DI adicionado de spread de 2% a.m. bem como alienavam as ações integralizadas com os recursos mutuados como garantia no caso de não pagamento dos valores devidos em 45 dias corridos. Em junho de 2022, a Companhia executou as garantias dos contratos de mútuo, adquirindo a partir disso 100% das ações da Via Brasil BR-163.

9.2. Receitas entre partes relacionadas

Como incremento de sua receita, a Controladora possui veículos, máquinas e equipamentos que são alugados às suas investidas para utilização dentro de suas operações. Os valores destes aluguéis são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras intermediárias das investidas que consolidam.

A Companhia também presta serviços administrativos compartilhados em escritório central em Londrina-PR. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa para prestação dos serviços às investidas pela Conasa, como controladoria, contabilidade, financeiro, fiscal, suprimentos, TI, jurídico, engenharia, recursos humanos, compliance, meio ambiente e remuneração do pessoal-chave. As outras receitas operacionais, são determinadas em sua maioria, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas. Abaixo as receitas entre partes relacionadas:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Receita de locação de veículos e equipamentos				
Companhia Águas de Itapema	44	176	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	26	62	-	-
Teresina Luz S.A.	16	154	16	154
Sanetrat Saneamento S.A.	39	104	23	-
	125	496	39	154
Outras receitas operacionais (g)				
Companhia Águas de Itapema	1.562	4.953	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	1.232	3.703	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	261	903	-	-
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	101	365	-	30
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	101	358	-	30
Teresina Luz S.A.	37	123	37	123
Urbeluz Energética S.A.	191	753	-	-
Alegrete RJ Participações S.A.	49	194	-	-
Caraguá Luz S.A.	27	107	-	-
Consórcio Caraguá	21	83	9	37
Sanema	29	-	-	-
	3.611	11.542	46	221

9.3. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados durante o prazo da concessão ou das PPPs.

Até o momento, não foram identificadas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas, exceto as relacionadas a Águas de Santo Antônio, com provisão já constituída.

9.4. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto por 5 membros do conselho de administração e por 3 diretores que tem remuneração fixa. Não há pagamentos variáveis ao pessoal chave da administração.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações ou plano de stock-options. Ao final do exercício de 2021, os administradores tiveram reajuste com base no IPCA acumulado do período e no período findo em 31 de março de 2022 receberam o montante de R\$ 1.105 (R\$ 956 no mesmo período de 2021), incluindo a remuneração do pessoal chave da Administração em todas as empresas do Grupo.

9.5. Despesas entre partes relacionadas

A remuneração de parte dos administradores da Companhia e investidas é paga em formato de contrato de prestação de serviços de pessoas jurídicas, conforme quadro abaixo.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Pessoas Jurídicas Estatutárias				
Mario Marcondes Consultoria Ltda	-	-	166	161
Betta Consultoria e Assessoria Ltda	166	158	166	158
CR2 Advisors Consultoria	163	156	163	156
Arteplan Engenharia Ltda	-	-	88	86
Cortes Velloso Ltda	-	-	100	96
WSM Consultoria Ltda	-	-	40	40
	329	314	723	697
Conselho de Administração				
Membros do Conselho de administração	382	259	382	259
	382	259	382	259
Total da remuneração dos administradores	711	573	1.105	956

10. Títulos de valores mobiliários**10.1. Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (b)	6.480	6.439	-	-
	6.480	6.439	-	-
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (a)	-	14.874	-	-
Fundo de renda fixa (nota 1.1) (c)	-	-	52.733	50.972
Aplicações financeiras permanentes	-	-	3.150	3.474
Quotas de capital (instituição financeira cooperativa)	12	12	80	79
	12	14.886	55.963	54.525
Total de títulos de valores mobiliários	6.492	21.325	55.963	54.525

10.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	21.325	54.525
(+) Aplicações	-	1.359
(-) Recebimentos do principal	(6.322)	-
(-) Recebimentos de juros	(9.540)	-
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	391	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	638	79
Saldo inicial em 31 de março de 2022	6.492	55.963

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	18.087	34.915
(+) Captações	-	-
(-) Recebimentos do principal	(636)	-
(-) Recebimentos de juros	(50)	-
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	543	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	1.770	3
Saldo inicial em 31 de março de 2021	19.714	34.918

- (a) Em 31 de março de 2022 a controlada Águas de Itapema resgatou antecipadamente o saldo das debêntures privadas junto a Companhia (R\$ 14.874 no mesmo período em 2021).
- (b) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R\$ 6.439 (R\$ 7.702 em 2020) de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a.
- (c) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia dos investimentos durante os exercícios de 2023 a 2026 da investida Via Brasil MT-320. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. Em 31 de março de 2022, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 90% do CDI (100% no mesmo período de 2021). Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, podendo ser movimentada, porém não pode ser utilizado o recurso por conta das debêntures.

11. Outros ativos não circulantes

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021, a rubrica "outros ativos não circulantes" estão compostos de depósitos recursais, de investimentos em MIP (manifestação de interesse da iniciativa privada), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos recursais	178	173	712	743
Investimentos em novos negócios (a)	17	729	17	728
Despesas antecipadas de projetos e estudos (b)	-	-	3.597	3.564
Despesas antecipadas de outros projetos e estudos (c)	1.348	-	1.348	-
Outras contas a receber	-	-	500	-
Adiantamento a fornecedores (d)	-	-	11.688	-
Adiantamento a fornecedores (f)	-	-	7.299	6.922
	1.543	902	25.161	11.957

- (a) Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas onde foi constituída a SPE Aguas do Sertão S.A.. A Companhia obteve despesas pré-operacionais com projetos e estudos que serão considerados como integralização de capital.
- (b) O saldo de despesas antecipadas refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, contratado pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Companhia mantém despesas antecipadas em processos de licitações referente a projetos e estudos, além de outras despesas vinculadas a concessões em fase pré-operacionais.
- (d) Refere-se a adiantamentos realizados a empreiteiros e prestadores de serviços na execução das obras e trabalhos iniciais da investida Via Brasil BR-163
- (e) Refere-se a adiantamentos realizados a empreiteiros e prestadores de serviços na execução das obras e trabalhos iniciais da investida Via Brasil MT-246.

12. Investimentos**a) Composição dos investimentos**

	Controladora					
	31/03/2022			31/12/2021		
	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida	Investimento
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	72.101	72.101	100,00%	66.611	66.611
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	3.448	3.448	100,00%	3.178	3.178
Águas do Sertão S/A.	50,00%	618.110	309.055	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	6.577	6.577	100,00%	6.030	6.030
Conasa SPE S.A.	100,00%	728	728	100,00%	744	744
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	51.516	25.758	50,00%	48.948	24.474
Mauá Luz Ltda.	20,00%	54.695	10.939	20,00%	50.660	10.132
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	89.940	17.988	20,00%	84.140	16.828
Teresina Luz S.A.	33,33%	46.391	15.462	33,33%	42.223	14.073
Luz de Belém S.A.	75,00%	46.843	35.132	75,00%	47.224	35.418
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	68,72%	226.764	155.832	68,72%	214.946	147.711
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	41.110	21.377	52,00%	40.006	20.803
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	17.363	9.029	52,00%	19.260	10.015
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	9.496	4.938	52,00%	12.896	6.706
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	76,00%	402.799	306.127	-	-	-
		1.687.881	994.491		636.866	362.723
Mais Valia em controladas						
Sanesalto Saneamento S.A. (b)			58.326			58.849
Urbeluz Energética S.A. (a)			9.618			9.890
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)			1.163			1.226
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (d)			44.095			44.095
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A. (d)			8.650			8.650
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (d)			30.027			30.027
Luz de Belém S.A. (d)			632			632
			152.511			153.369
			1.147.002			516.092
Perda com investimentos (passivo)						
Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	(17)	20,00%	(85)	(17)
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	76,00%	-	-	76,00%	(5.064)	(3.849)
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	(66)	(59)	89,91%	(19)	(17)
Águas de Santo Antônio S.A.	100,00%	-	-	100,00%	-	-
		(151)	(76)		(5.168)	(3.883)
Saldo líquido de investimento			1.146.926			512.209

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Combinação de Negócios

Em 16 de dezembro de 2021, a Conasa concluiu a aquisição das participações societárias em certas empresas junto a Companhia Zeta Infraestrutura S.A. e U2S, em que a Conasa passou a deter o controle desses negócios em troca da emissão e entrega de 18.593.118 ações ordinárias no valor de R\$ 70.727 em favor desta, em contrapartida pela aquisição dessa participação com ágio na emissão de ações no montante de R\$ 16.914 e transação de capital no montante de R\$ 9.130.

A aquisição destes ativos visou a consolidação de participação em ativos já detidos pela Companhia em que a Zetta Infraestrutura S.A. detinha participação minoritária, com objetivo de consolidar controle da Conasa sobre tais ativos.

A Zetta detinha 34% da ASB, 25% da Luz de Belém, 12% da Via Brasil MT 100, 12 % da Via Brasil MT 320 e 12% da Via Brasil MT 246. Com a incorporação, a Conasa passou a deter 68% da ASB, a qual era controlada por acordo de voto, 75% da Luz de Belém, 52% da Via Brasil MT 100, 52 % da Via Brasil MT 320 e 52% da Via Brasil MT 246 e controlará tais Companhias nas principais decisões corporativas.

A U2S, que é a controladora da Zetta Infraestrutura, passou a integrar o bloco acionário da Companhia. Desta forma, os quatro ativos que ainda não eram controladas passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras a partir da data da aquisição de controle, onde foi utilizado para todos os efeitos de resultados os saldos dos balancetes de 30 de novembro de 2021, data da finalização da aquisição. Desta forma os demonstrativos de resultados do consolidado em 31 de março de 2022 estarão compostos considerando a aquisição das 4 participações adquiridas, não podendo de tal forma ser comparado com os saldos de 31 de março de 2021.

Não se espera que a mais valia reconhecida seja tributável para fins de imposto de renda, em virtude da perspectiva da administração em mudar o regime tributário da Companhia para o lucro presumido já a partir de 2023, motivo pelo qual nenhum saldo de tributo diferido foi constituído.

(a) A Companhia já possuía o controle na investida ASB/Sanema e adquiriu participação adicional junto ao minoritário. Em virtude da transação também estar incluída na aquisição da Zetta e consequentemente na formação do preço pago, foi demonstrado os valores dessa aquisição no quadro acima.

A Companhia utilizou um PPA provisório para contabilização dos reflexos oriundos da transação. A administração espera finalizar a contabilização definitiva do PPA até final do próximo trimestre, dentro do prazo previsto pela norma contábil de combinação de negócios.

Composição dos investimentos:

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
		Patrimônio líquido da investida	Investimento		Patrimônio líquido da investida	Investimento
	%			%		
Investimentos (ativo):						
Aguas do Sertão S/A.	50,00%	618.110	309.055	-	-	-
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%	5.024	2.462	49,00%	5.082	2.490
Maua Luz SPE Ltda	20,00%	54.695	10.939	20,00%	50.660	10.132
Construtora Luz de Muáá Ltda	20,00%	89.940	17.988	20,00%	84.140	16.828
Teresina Luz S.A.	33,33%	46.391	15.462	33,33%	42.223	14.073
		814.160	355.906		182.105	43.523
Perdas em Investimentos (Passivo):						
Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	(17)	20,00%	(85)	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	55,00%	(85)	(46)	55,00%	(85)	(46)
		(170)	(63)		(170)	(63)
Total de investimentos			355.843			43.460

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
b) Movimentação dos investimentos

	Controladora					
	Saldo em	Aumento	Transferencia de	Dívidas	Equivalência	Saldo em
	31/12/2021	de capital	Perdas com Investimentos / Ajustes de Investimentos	assumidas pela Controladora	patrimonial do período	31/03/2022
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	66.611	-	-	-	5.490	72.101
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	-	(10)	10	-
Sanesalto Saneamento S.A.	3.178	-	-	-	270	3.448
Águas do Sertão S/A. (a)	-	309.055	-	-	-	309.055
Sanetrat Saneamento S.A.	6.030	-	-	-	547	6.577
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	-	-	-	-	-	-
Conasa SPE S.A.	744	-	-	-	(16)	728
Urbeluz Energética S.A (a)	24.474	-	-	-	1.284	25.758
Mauá Luz Ltda	10.132	-	-	-	807	10.939
Construtora Luz de Mauá Ltda	16.828	-	(98)	-	1.258	17.988
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	-	1.389	15.462
Luz de Belém S.A.	35.418	-	-	-	(286)	35.132
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	147.711	-	-	-	8.121	155.832
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	20.803	-	-	-	574	21.377
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	10.015	-	-	-	(986)	9.029
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	6.706	-	-	-	(1.768)	4.938
Via Brasil Br 163 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	-	309.320	(3.849)	-	656	306.127
	362.723	618.375	(3.947)	(10)	17.350	994.491
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	58.849	-	-	-	(523)	58.326
Urbeluz Energética S.A. (a)	9.890	-	-	-	(272)	9.618
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	1.226	-	-	-	(63)	1.163
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	44.095	-	-	-	-	44.095
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	8.650	-	-	-	-	8.650
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	30.027	-	-	-	-	30.027
Luz de Belém S.A. (d)	632	-	-	-	-	632
	153.369	-	-	-	(858)	152.511
Total de investimentos:	516.092	618.375	(3.947)	(10)	16.492	1.147.002
Perda com investimento (passivo):						
Conasa SPE S.A.	-	-	-	-	-	-
Marabá Luz S.A.	(17)	-	-	-	-	(17)
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	(17)	-	-	-	(42)	(59)
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	(3.849)	-	3.849	-	-	-
Águas de Santo Antônio S.A.	-	-	-	-	-	-
	(3.883)	-	3.849	-	(42)	(76)
	247.728	618.375	(98)	(10)	16.450	1.146.926

- a) Em 1º de fevereiro de 2022, a Companhia realizou aporte para integralização de capital no valor de R\$309.095 na investida Águas do Sertão S.A.
- b) Em 4 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou aporte para integralização de capital no valor de R\$309.320 na investida Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2020	Aporte/ aumento de capital	Dívidas assumidas pela Controladora	Recebimento de dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldo em 31/03/2021
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	33.869	-	-	-	1.834	35.703
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	(692)	-	692	-
Sanesalto Saneamento S.A.	5.927	-	-	(5.866)	1.018	1.079
Sanetrat Saneamento S.A.	42.283	-	-	-	296	42.579
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	123	-	-	-	(34)	89
Urbeluz Energética S.A. (a)	17.847	-	-	-	1.431	19.278
Mauá Luz Ltda	6.443	-	-	-	297	6.740
Construtora Luz de Mauá Ltda	9.297	-	-	-	(49)	9.248
Teresina Luz S.A.	13.079	-	-	-	(155)	12.924
Luz de Belém S.A.	-	24.106	-	-	(11)	24.095
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	27.759	-	-	-	9.714	37.473
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.597	-	-	-	650	7.247
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	11.953	-	-	-	(677)	11.276
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	-	8.322	-	-	(5)	8.317
	175.177	32.428	(692)	(5.866)	15.001	216.048
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	60.535	-	-	-	(422)	60.113
Urbeluz Energética S.A.	11.229	-	-	-	(335)	10.894
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	1.247
	73.011	-	-	-	(757)	72.254
Total de investimentos:	248.188	32.428	(692)	(5.866)	14.244	288.302
Perda com investimento (passivo):						
Conasa SPE S.A.	(276)	-	-	-	(556)	(832)
Águas de Santo Antônio S.A.	(184)	-	-	-	-	(184)
	(460)	-	-	-	(556)	(1.016)
	247.728	32.428	(692)	(5.866)	13.688	287.286

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Aporte/ aumento de capital	Reclassificação para Intangível	Equivalência patrimonial do período	Perdas em Investimentos	Saldo em 31/03/2022
Investimentos (ativo):						
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	(27)	-	2.463
Águas do Sertão S/A.	-	309.055	-	-	-	309.055
Maua luz Ltda.	10.132	-	-	808	-	10.940
Construtora Luz de Maua Ltda.	16.828	-	-	1.258	(98)	17.988
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	1.389	-	15.462
	43.523	309.055	-	3.428	(98)	355.908
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	-	-	523	(523)	-	-
Urbeluz Energética S.A. (a)	-	-	272	(272)	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	-	-	63	(63)	-	-
	-	-	858	(858)	-	-
Perdas com Investimentos (passivo):						
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(19)	-	-	-	-	(19)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(44)	-	-	-	-	(44)
	(63)	-	-	-	-	(63)
Total líquido de investimentos	43.460	309.055	858	2.570	(98)	355.845

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Aporte/ aumento de capital	Reclassificação para Intangível	Equivalência patrimonial do período	Saldo em 31/03/2021
Investimentos (ativo):					
Concessionária Águas de Meriti	2.595	-	-	(26)	2.569
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.597	-	-	650	7.247
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	11.953	-	-	(677)	11.276
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	-	8.322	-	(5)	8.317
Maua Luz Ltda.	6.443	-	-	297	6.740
Construtora Luz de Maua Ltda.	9.297	-	-	(49)	9.248
Luz de Belém S.A.	-	24.106	-	(11)	24.095
Teresina Luz S.A.	13.079	-	-	(155)	12.924
Mais Valia (ativo):	-	-	-	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	382	(382)	-
Urbeluz Energética S.A.	-	-	323	(323)	-
	49.964	32.428	705	(681)	82.416

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Balanco Sintetico das Controladas e Coligadas							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do período	Patrimonio Liquido (passivo a descoberto) das Investidas	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Patrimonio Liquido (passivo a descoberto) das Investidas
Controladas								
Companhia Aguas de Itapema	207.552	135.451	5.490	72.101	210.337	143.727	1.031	65.580
Sanesalto Saneamento S.A.	50.689	47.241	270	3.448	52.242	49.064	4.156	4.206
Aguas do Sertão S.A.	1.225.610	607.500	-	618.120	-	-	-	-
Sanetrat Saneamento S/A	10.002	3.425	5.704	6.557	9.107	3.078	644	5.386
Conasa-SPE	727	-	(17)	727	744	-	1.020	744
Urbeluz Energetica S.A	159.517	85.806	2.568	73.711	160.047	89.093	8.382	70.954
Sanesul Construtora e Saneamento do Sul S/A	2.472	2.538	(47)	(66)	2.501	2.520	(156)	135
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S/A.	226.795	30	11.818	226.763	214.977	32	133.372	81.573
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	76.514	35.405	1.105	41.110	70.777	30.773	6.517	40.005
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	158.792	149.296	(2.970)	9.926	155.631	142.734	(16.986)	12.896
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	88.984	71.620	(1.896)	17.364	85.133	65.873	(1.544)	19.260
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	469.478	66.679	873	402.799	56.309	61.373	(5.075)	(5.065)
Luz de Belém S.A.	47.867	1.025	(381)	46.842	48.099	875	(132)	
Coligadas diretas								
Maua Luz Ltda	133.785	79.090	4.037	54.695	133.821	83.163	18.095	32.563
Construtora Luz de Mauá Ltda	145.887	55.948	6.288	89.939	138.337	54.195	37.656	46.485
Marabá Luz S.A.	264	349	(170)	(85)	264	349	(4)	(80)
Controladas em conjunto								
Teresina Luz S.A.	141.007	94.616	4.169	46.391	128.364	86.142	3.674	39.240
Controladas indiretas								
Alegrete Participações RJ S.A.	65.471	52.782	1.683	12.689	63.434	50.645	7.397	5.392
Caraguá Luz S.A.	68.477	21.973	47	46.504	70.829	22.837	6.461	41.531
Sanema - Saneamento de Maceió Ltda	452.200	218.401	12.184	233.800	435.984	214.369	137.500	84.116
Concessionária Aguas de Meriti Ltda	5.029	5	(53)	5.024	5.082	-	(213)	5.295

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****12.1 Avaliações de impairment**

A Companhia não identificou nenhum indicativo de impairment durante o período findo em 31 de março de 2022, ou seja, não foi identificado nenhum evento ou mudança nas circunstâncias que indicam que o valor contábil dos ativos pode não ser recuperável, portanto, não foi necessário a realização de um teste de impairment.

13. Imobilizado**13.1. Composição**

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Controladora			
		31/03/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	10	(10)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	606	(585)	21	28
Equipamentos de informática	20	999	(424)	575	491
Móveis e utensílios	10	341	(176)	165	152
Veículos	20	1.005	(840)	165	177
Terrenos	-	700	-	700	700
		3.661	(2.035)	1.626	1.548

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Consolidado			
		31/03/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	45	(23)	22	12
Máquinas e equipamentos	10	3.425	(2.538)	887	908
Equipamentos de informática	20	3.841	(1.719)	2.122	1.827
Móveis e utensílios	10	1.872	(766)	1.106	987
Veículos	20	6.759	(5.513)	1.246	1.368
Benfeitorias em imóveis	20	6.699	(5.308)	1.391	1.601
Terrenos	-	6.415	-	6.415	6.370
Obras em andamento	-	109	-	109	109
		29.165	(15.867)	13.298	13.182

Segundo a avaliação feita pela Administração, não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Movimentação do imobilizado

Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Máquinas e equipamentos	28	-	(6)	22
Equipamentos de informática	491	113	(30)	574
Móveis e utensílios	152	18	(5)	165
Veículos	177	-	(12)	165
Terrenos	700	-	-	700
	1.548	131	(53)	1.626

Controladora				
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo em 31/03/2021
Máquinas e equipamentos	54	-	(7)	47
Equipamentos de informática	140	50	(10)	180
Móveis e utensílios	58	-	(2)	56
Veículos	231	-	(15)	216
Terrenos	700	-	-	700
	1.183	50	(34)	1.199

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
Instalações	12	10	-	22
Máquinas e equipamentos (a)	908	10	(60)	858
Equipamentos de informática (a)	1.827	442	(147)	2.122
Móveis e utensílios (a)	987	153	(35)	1.105
Veículos (a)	1.368	14	(136)	1.246
Benfeitorias em imóveis (a)	1.601	-	(210)	1.391
Terrenos	6.370	45	-	6.415
Ferramentas	-	30	-	30
Obras em andamento	109	-	-	109
	13.182	704	(588)	13.298

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação
Instalações	7	-	-	(1)
Máquinas e equipamentos	1.888	-	-	(83)
Equipamentos de informática	442	115	-	(46)
Móveis e utensílios	258	9	(1)	(12)
Veículos	1.723	-	-	(139)
Benfeitorias em imóveis	2.441	-	-	(212)
Terrenos	6.370	-	-	-
Obras em andamento	109	-	-	-
	13.238	124	(1)	(493)
				12.868

14. Intangível**a) Composição**

	Taxa de Amortização	Consolidado			
		31/03/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ativo Intangível - Saneamento (a)					
Em serviço (Águas de Itapema)	4,79%	222.367	(64.481)	157.886	159.628
Em serviço (Sanesalto)	4,65%	72.225	(38.066)	34.159	34.997
		294.592	(102.547)	192.045	194.625
Ativo Intangível - Rodovias (a)					
Em serviço (Rodovias)	9,64%	172.423	(41.610)	130.813	100.062
Outorgas (Rodovias)	4,05%	20.465	(1.307)	19.158	18.195
		192.888	(42.917)	149.971	118.257
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	6.834	(4.959)	1.875	1.936
		6.834	(4.959)	1.875	1.936
Mais valia de ativos de contratos de concessão (b)					
Sanesalto Saneamento S.A.	2,72%	62.063	(3.737)	58.326	58.849
Via Brasil MT-100 Concessionária	0,00%	78.831	-	78.831	78.831
Via Brasil MT-246 Concessionária	0,00%	35.985	-	35.985	14.608
Via Brasil MT-320 Concessionária	0,00%	32.284	-	32.284	53.661
		209.163	(3.737)	205.426	205.949
		703.477	(154.160)	549.317	520.767

- (a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões é linear e está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período.
- (b) A taxa de amortização do valor justo dos investimentos na data de aquisição é apurada conforme percentual anual da expectativa de geração de caixa a valor justo, e sua contribuição para formação deste valor. Portanto, a taxa não é linear, é definida no PPA (Alocação do Preço de Compra).

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
b) Movimentação do intangível

	Consolidado					Saldo em 31/03/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reclassificação BR163	Realização de mais valia	Amortização	
Ativo intangível (Saneamento)						
Em serviço (Águas de Itapema)	159.628	235	-	-	(1.977)	157.886
Em serviço (Sanesalto)	34.997	-	-	-	(838)	34.159
	194.625	235	-	-	(2.815)	192.045
Ativo intangível (Rodovias)						
Em serviço (rodovias) (a)	100.062	27.688	9.598	-	(5.411)	131.937
Outorgas (rodovias) (a)	18.195	-	-	-	(162)	18.033
	118.257	27.688	9.598	-	(5.573)	149.970
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	1.936	81	-	-	(141)	1.876
	1.936	81	-	-	(141)	1.876
Mais valia sobre ativo intangível de Investida						
Sanesalto Saneamento S.A.	58.848	-	-	(523)	-	58.325
Via Brasil MT-100 Concessionárias	78.831	-	-	-	-	78.831
Via Brasil MT-246 Concessionárias	14.608	-	-	-	-	14.608
Via Brasil MT-320 Concessionárias	53.662	-	-	-	-	53.662
	205.949	-	-	(523)	-	205.426
Total intangível de contratos de concessão	520.767	28.004	9.598	(523)	(8.529)	549.317

	Consolidado					Saldo em 31/03/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Realização de mais valia	Amortização		
Ativo intangível de concessão						
Em curso (Águas de Itapema)	-	345	-	-	-	345
Em serviço (Águas de Itapema)	159.696	276	-	(1.889)	-	158.083
Em serviço (Sanesalto)	38.336	3	-	(839)	-	37.500
	198.032	624	-	(2.728)	-	195.928
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	1.859	25	-	(117)	-	1.767
	1.859	25	-	(117)	-	1.767
Mais valia sobre ativo intangível de Investida						
Sanesalto Saneamento S.A.	60.534	-	(421)	-	-	60.113
Urbeluz Energética S.A.	11.229	-	(334)	-	-	10.895
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	1.247
	73.010	-	(755)	-	-	72.255
Total intangível de contratos de concessão	272.901	649	(755)	(2.845)	-	269.950

Teste de impairment do ativo intangível

A Companhia não identificou indicativos de impairment sobre seus ativos, motivo pelo qual nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1. Serviços de construção

	31/03/2022	31/03/2021
Receita de construção	28.004	649
Custo de construção	(28.004)	(649)
	-	-

15. Ativo de contrato de concessão

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativo de contrato de concessão. Os ativos (ou passivos) oriundos de contratos de construção (ou similar) que a obrigação de performance ainda não tenha sido satisfeita deve permanecer registrada como ativo de contrato até que sejam cumpridas todas as obrigações de performance. O contrato da Sanema que, apesar de não ter a obrigação de performance de operação/manutenção, tem que cumprir com a obrigação de performance que é a conclusão da obra.

15.1. Composição

	Consolidado				
	31/03/2022				
	Mais Valia em Investimentos	Alegrete	Caragua Luz	ASB/ Sanema (b)	Total
Saldo inicial	11.748	56.056	56.926	428.621	553.351
Adições (receita de construção)	-	244	2.914	4.625	7.783
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	-	5.084	3.187	-	8.271
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	-	16.641	16.641
Recebimento Contratos	-	(1.949)	(3.866)	(7.415)	(13.230)
Adiantamento para realização ativo de contrato	-	-	-	722	722
Amortização Mais Valia (Urbeluz)	(273)	-	-	-	(273)
Amortização Mais Valia (ASB)	(62)	-	-	-	(62)
Saldo final	11.413	59.435	59.161	443.194	573.203
TRAF (*)	-	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.	
				Circulante	61.335
				Não circulante	511.868
					573.203

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/03/2021			
	Alegrete	Caragua Luz	ASB/ Sanema	Total
Saldo inicial	44.919	50.999	126.316	222.234
Adições (receita de construção)	93	161	65.879	66.133
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	4.840	3.140	-	7.980
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	5.440	5.440
Recebimento Contratos	(2.923)	(2.851)	-	(5.774)
Adiantamento para realização ativo financeiro	-	-	9.187	9.187
Saldo final	46.929	51.449	206.822	305.200
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.	
			Circulante	30.375
			Não circulante	274.825
				305.200

(*) Taxa de retorno do ativo de contrato de concessão.

- (a) Referem-se ao direito contratual da concessionária Companhia Águas de Itapema de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 14).
- (b) A Sanema iniciou os recebimentos de seus contratos em novembro de 2021.

15.2. Serviços de construção

	Caraguá e Alegrete	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita de construção	3.158	254
Custos de construção	(3.158)	(254)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia registra as receitas e custos de construção com margem zero para atender o CPC 04 e OCPC01, considerando que os investimentos serão remunerados ao longo do contrato de parceria público privado.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3. Serviços de construção de ativos

	Sanema	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita de construção	4.625	65.879
Custos de construção	(1.795)	(28.171)
	2.830	37.708

A Companhia atua com sua controlada Sanema Saneamento de Maceió Ltda como responsável primária pela construção de ativos, sendo redes coletoras e uma ETE – Estação de tratamento de Esgoto na cidade de Maceió com contrato de execução com a CASAL - Companhia de Saneamento do estado de Alagoas. O contrato é de 30 anos, sendo os 30 primeiros meses para construção do ativo, tendo esse mesmo prazo de carência para recebimento do aluguel dos ativos.

15.4. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Essa remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo de contrato de concessão, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo de contrato de concessão e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, e revisadas anualmente. Há também as contraprestações recebidas referentes a investida Sanema, onde iniciou-se em novembro de 2021 os recebimentos referentes a locação de ativos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Alegrete		
Contraprestação	9.177	36.706
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(3.155)	(11.693)
(=) Receita Bruta	<u>6.022</u>	<u>25.013</u>
Caraguá		
Contraprestação	4.509	17.619
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(3.421)	(11.402)
(=) Receita Bruta	<u>1.088</u>	<u>6.217</u>
Sanema		
Contraprestação	7.415	4.944
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(7.415)	(4.944)
(=) Receita Bruta	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado		
Contraprestação	21.101	59.269
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(13.991)	(28.039)
(=) Receita Bruta	<u>7.110</u>	<u>31.230</u>

Teste de impairment do ativo de contrato de concessão

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado dos testes de impairment, realizados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos financeiros de contrato de concessão, classificadas ao custo amortizado, poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias. No período findo em 31 de março de 2022 a Companhia não realizou o teste de impairment.

16. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos - Consolidado**16.1 Direito de uso**

	Taxa Amortização Média Anual	31/03/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Direito Uso Líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	2,52%	17.376	(4.965)	12.411	12.784
Direito de uso - Built to Suit (b)	24,56%	23.448	(4.221)	19.227	19.829
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (c)	0,00%	55.584	-	55.584	55.584
Direito de uso - Outros arrendamentos	24,49%	25.216	(6.724)	18.492	10.888
		<u>121.624</u>	<u>(15.910)</u>	<u>105.714</u>	<u>99.085</u>

Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O Built to suit tem taxa média anual de juros de 12,62%, e seu último vencimento está previsto para dezembro de 2027. Em 2018, foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06.

- b) Em 08 de abril de 2019 a Via Brasil MT-100 firmou contrato de locação de ativos atípica com a Conseng Engenharia Ltda, em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de realizar obras no sistema rodoviário e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 561 mensais a serem pagos em 48 parcelas corrigidas pelo IPCA.
- c) Refere-se ao aluguel de máquinas e equipamentos que servirá de instrumentos para atender parte da infraestrutura do contrato de concessão da investida Via Brasil BR-163. O contrato de arrendamento tem duração de 60 meses com atualização anual do contrato pelo índice do IPCA. Não houve amortização pois o contrato foi firmado ao final de dezembro de 2021 e com carência de 120 dias para iniciar o pagamento.

16.1.1 Movimentação do direito de uso

	31/03/2022			
	Direito de uso líquido em 31/12/2021	Novos Contratos	Amortização do período	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Built to suit (a)	12.784	-	(373)	12.411
Direito de uso - Built to suit (b)	19.829	-	(602)	19.227
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (c)	55.584	-	-	55.584
Direito de uso - Outros arrendamentos	10.888	8.701	(1.097)	18.492
	99.085	8.701	(2.072)	105.714

	31/03/2021				
	Direito de uso líquido em 31/12/2020	Adições	Amortização do exercício	Baixas	Direito de uso líquido em 31/03/2021
Direito de uso - Built to suit (a)	14.274	-	(373)	-	13.901
Direito de uso - Outros arrendamentos	1.943	991	(197)	(749)	1.988
	16.217	991	(570)	(749)	15.889

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
16.2 Passivo de arrendamentos

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	1.809	1.746
Passivo de arrendamentos - Built to suit (b)	8.865	7.041
Passivo de arrendamentos - Máquinas e Equip. (c)	9.850	9.850
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	5.087	2.624
	25.611	21.261
Não circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	13.210	11.153
Passivo de arrendamentos - Built to suit (b)	8.607	8.021
Passivo de arrendamentos - Máquinas e Equip. (c)	45.734	45.734
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	10.310	9.278
	77.861	74.186
	103.472	95.447

16.2.1 Movimentação passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2021	Novos Contratos	Juros e Ajuste a Valor Presente	(-) Pagamentos principal	(-) Pagamentos Juros	Saldo em 31/03/2022
Built to suit (a)	12.899	-	1.878	(357)	(531)	13.889
Built to suit (b)	15.062	-	1.803	(1.833)	(501)	14.531
Máquinas e Equip. (c)	55.585	-	-	-	-	55.585
Outros arrendamentos	11.901	8.701	491	(1.205)	(421)	19.467
	95.447	8.701	4.172	(3.395)	(1.453)	103.472

	Saldo em 31/12/2020	Novos Contratos	Provisão / Reversão de juros e AVP	(-) Pagamentos principal	(-) Pagamentos Juros	(-) Baixas	Saldo em 31/03/2021
Built to suit	12.426	-	-	-	-	-	12.426
Outros arrendamentos	2.114	991	(31)	(168)	(28)	(749)	2.129
	14.540	991	(31)	(168)	(28)	(749)	14.555

16.3. Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IRFS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Fluxo de Caixa	31/03/2022		Fluxo de Caixa	31/12/2021	
	Nominal	Ajuste a Valor Presente		Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	123.331	19.859	Contraprestação de arrendamento	114.823	19.376
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	11.466	1.837	Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	10.621	1.792
	134.797	21.696		125.444	21.168

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de março de 2022 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Rúbricas	31/03/2022	2023	2024	2025	Após 2025
Passivo de arrendamentos					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	103.472	87.448	58.455	40.338	21.879
Fluxo com projeção de inflação	103.472	93.153	58.922	41.247	23.316
Variação	0,00%	6,52%	0,80%	2,25%	6,57%
Direito de uso líquido - Saldo final					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	105.714	79.890	54.239	38.597	30.340
Fluxo com projeção de inflação	105.714	80.848	54.634	38.927	33.980
Variação	0,00%	1,20%	0,73%	0,86%	12,00%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(19.859)	(6.033)	(4.163)	(2.390)	(1.615)
Fluxo com projeção de inflação	(19.859)	(6.401)	(5.637)	(3.027)	(2.213)
Variação	0,00%	6,09%	35,39%	26,64%	37,09%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(11.466)	(25.798)	(25.651)	(15.592)	(14.247)
Fluxo com projeção de inflação	(11.466)	(28.873)	(29.281)	(16.692)	(15.252)
Variação	0,00%	11,92%	14,15%	7,05%	7,05%

A Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	8.728	8.345
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	12.089	16.956
Fornecedores - Rodovias	-	-	13.486	16.254
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	230	144
Fornecedores - à Faturar (a)	-	-	44.982	40.974
Fornecedores - outros	4.910	2.957	427	1.805
	4.910	2.957	79.942	84.478

(a) Refere-se a obras já executadas na investida Sanema e reconhecidas do contrato de construção dos ativos, que estão sendo pagos à medida que é realizado a avaliação das medições pelos engenheiros terceirizados do banco financiador do projeto.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em debêntures, estruturadas na modalidade de *project finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas, financiamentos de longo prazo estruturados em linhas de bancos públicos como BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Além disso, a Companhia conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através em sua grande maioria através de emissão de Debêntures.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB Capital de Giro - DI + 4,98% (SICOOB)	ago/22	7,02%	2.791	-	9.481	-
CCB Capital de Giro - DI + 2,70% (ABC)	dez/22	9,15%	201.769	-	14.075	-
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (BB)	abr/25	5,30%	5.318	13.802	8.299	-
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (BTG)	jun/22	2,25%	151.882	-	-	-
Debêntures - 1ª emissão - DI + 4,50%	jul/26	10,93%	18.344	89.999	14.661	87.814
Mútuo - IPCA + 15%	out/22	18,61%	1.156	-	2.499	-
Finame - PRÉ	fev/22	6,99%	-	-	-	145
			381.260	103.801	49.015	87.959

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidado			
			31/03/2022		31/12/2021	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
CCB Capital de giro - DI + 4,98% (SICOOB)	ago/22	7,02%	2.791	-	9.481	-
CCB Capital de giro - DI + 2,70% (ABC)	dez/22	9,15%	201.769	-	14.075	-
CCB Capital de giro - DI + 4,90% (BB)	jan/25	5,30%	5.318	13.802	8.299	-
CCB Capital de giro - DI + 2,25% (BTG)	jun/22	2,91%	151.882	-	-	-
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	6,00%	-	3.687	-	3.687
Capital de giro - DI	Diversos	4,50%	-	-	567	42
BNB - IPCA + 2%	nov/33	6,61%	4.497	75.384	4.802	75.217
			366.257	92.873	37.224	78.946
Debêntures						
Mútuo - IPCA + 15%	jun/22	18,61%	1.156	-	2.499	-
Debentures Públicas Águas de Itapema - IPCA + 7,06%	out/27	10,42%	13.308	85.811	12.364	82.928
Debentures Públicas Sanesalto - CDI + 4%	dez/26	6,11%	7.608	34.055	7.311	35.835
Debentures Públicas MT-320 - IPCA + 6,20%	dez/36	16,20%	5.834	132.139	3.559	128.101
Debentures Públicas MT-246 - CDI + 2,70%	jan/23	6,17%	2.446	64.743	-	63.871
Debentures - 1ª emissão - DI + 4,50%	jun/26	10,93%	18.344	89.999	14.661	87.814
			48.696	406.747	40.394	398.549
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	Diversos	3,15%	-	-	-	145
Finame - IPCA + 1,89% (Sanetrat)	set/25	6,41%	187	1.816	101	1.901
			187	1.816	101	2.046
			415.140	501.436	77.719	479.541

18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/03/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	285.945	311.355	49.015	77.719
2023	50.396	150.799	22.358	140.373
2024	50.396	99.628	22.358	76.529
2025	50.396	99.628	22.358	74.575
2026	47.929	99.628	20.885	72.879
Após 2026	-	155.537	-	115.185
Total	485.061	916.576	136.974	557.260
Circulante	285.945	311.355	49.015	77.719
Não circulante	199.116	605.221	87.959	479.541
	485.061	916.576	136.974	557.260

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	136.974	557.260
Captações	372.500	373.327
(-) Pagamentos do principal	(30.253)	(33.044)
(-) Pagamentos de juros	(641)	(4.433)
Provisão de juros	8.124	24.457
(-) Custo de captação	(2.498)	(2.498)
(+) Amortização do Custo de captação	855	1.507
Saldo em 31 de março de 2022	485.061	916.576

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.183	238.023
Captações	15.000	35.904
(-) Pagamentos do principal	(1.852)	(4.809)
(-) Pagamentos de juros	(565)	(3.048)
Provisão de juros	745	7.640
(+) Amortização do Custo de captação	-	143
Saldo em 31 de março de 2021	51.511	273.853

18.4. Garantias dadas

As debêntures de emissão de coligadas e controladas estão garantidas por cessão fiduciária dos recebíveis das SPEs, alienação fiduciária das ações das SPEs, e eventualmente aval da Companhia como acionista, além de aplicações financeiras como contas reservas.

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Águas de Itapema	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Sanesalto	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas
Sanema	Totalidade dos direitos do contrato de locação	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-320	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-246	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Conasa Infraestrutura	Totalidade dos direitos creditórios da Conasa, Consócio FEC e Alegrete.	100% das ações de subsidiárias da Conasa	Não	Não

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento da Sanema, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, tem como garantia fianças bancárias com Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Os bancos fiadores detêm como garantias alienação fiduciária das cotas da Sanema, cessão fiduciária dos recebíveis do contrato de locação e garantia fidejussória solidária dos acionistas, incluindo a Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

Foram captados recursos para capital de giro pela controladora através dos Bancos Santander e Sicoob, esse com garantia fidejussória de pessoa física.

18.5. Debêntures - Águas de Itapema (2a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2019, foi deliberada e aprovada a 2a emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 100 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais.

A remuneração pactuada para as debêntures é de IPCA + 7,07% a.a., em 17 (dezessete) parcelas semestrais, com vencimento todo dia 15 de abril e outubro de cada ano, iniciando em 15 de outubro de 2019 e com vencimento em 15 de outubro de 2027.

18.5.1. Condições Restritivas Financeiras – "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir da data base de dezembro de 2019, de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2, os quais causarão vencimento antecipado com descumprimentos por 2 anos consecutivos ou 3 alternados; (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,7; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas não financeiras. Cumpru também com o índice ICSD em 1,29, assim como cumpriu com o índice de liquidez corrente encerrando em 1,28. A Companhia medirá novamente seus covenants no encerramento do exercício de 2022.

18.6 Debêntures - Sanesalto (3a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia "over extra-grupo" expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

18.6.1 Condições Restritivas Financeiras – "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os covenants financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,3 (um virgula três inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender a estes índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,12 (um virgula doze) (1 inteiro em 2020) e o ICSD de 1,21 (um virgula vinte e um) (1,47 em 2020). A Companhia medirá novamente seus covenants no encerramento do exercício de 2022.

18.7 Debêntures - Conasa-SPE S.A. (1ª emissão)

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures eram da espécie quirografária (sem preferência) e não possuíam covenants. Elas estavam garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R\$ 1 cada.

A remuneração das debêntures era de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida era de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024, porém as mesmas foram resgatadas em 31 de agosto de 2021.

18.8 Debêntures – Conasa infraestrutura (1ª emissão)

Em 30 de julho de 2021 foi realizada a primeira emissão de 100 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000 sob a forma escritural, com prazo de 5 anos e taxa vinculada a variação do DI somada a um spread de 4,5% a.a. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). As debêntures são garantidas por fiança e possuem covenants.

18.8.1 Condições Restritivas Financeiras – "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) liquidação, dissolução ou decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social. Os

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

covenants financeiros serão medidos através das demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2022, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deverá ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e a dívida líquida/EBITDA que não deve ser igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Em 31 de dezembro de 2021 a Conasa Infraestrutura S.A. cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com o ICSD de 1,47 (um vírgula quarenta e sete inteiros) e a dívida líquida/EBITDA de 9,99 (nove vírgula noventa e nove inteiros). A Companhia medirá novamente seus covenants no encerramento do exercício de 2022.

18.9 Debêntures – Via Brasil MT-320 (3ª emissão)

Em 7 de junho de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios de 6,20%, sendo atualizados mensalmente pelo IPCA, com vigência de 15 (quinze) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 15 de dezembro de 2036, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

18.9.1 Condições Restritivas Financeiras – "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Os *covenants* financeiros previstos na terceira emissão de debêntures serão apurados pela Emissora anualmente a partir do exercício de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo: não atingimento da Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") nas seguintes hipóteses: (a) em qualquer medição, se inferior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos), ou (b) em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas o ICSD seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) e inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou medições relacionados a covenants financeiros, pois na escritura de emissão das debêntures a exigência é a partir do encerramento do exercício de 2022.

18.10 Debêntures – Via Brasil MT-246 (1ª emissão)

Em 1 de dezembro de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de 65.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,70%a.a. Possui vencimento em parcela única, com vencimento em 1 de junho de 2023.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
18.10.1 Condições Restritivas não Financeiras – "Covenants"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Não há *covenants* financeiros vinculados a emissão das debêntures.

19. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Salários e encargos sociais	250	264	1.711	1.706
13º salário, Férias e encargos sociais	342	255	2.733	2.197
Outras despesas a pagar de pessoal	46	50	108	148
	638	569	4.552	4.051

20. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recolher	-	-	1.929	1.137
Retenção de impostos	595	579	2.973	3.745
Impostos de renda e contribuição social	-	-	7.283	4.070
ISS a recolher	-	-	395	350
	595	579	12.580	9.302

21. Impostos e contribuições parcelados**a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
Parcelamento previdenciário	113	120	845	841
Parcelamento federal (c)	223	240	10.384	9.988
Parcelamento PRT/PERT (a)	269	62	1.313	1.294
Parcelamento municipal (b)	59	392	3.486	4.375
	664	814	16.028	16.498
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	89	115	991	1.172
Parcelamento federal (c)	204	255	20.541	20.401
Parcelamento PRT/PERT (a)	402	408	8.599	8.762
Parcelamento municipal (b)	-	-	364	512
	695	778	30.495	30.847
	1.359	1.592	46.523	47.345

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado
2022	15.768
2023	11.762
2024	8.342
2025	4.519
2026	3.222
Após 2026	2.910
	46.523

- (a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Foram incluídas dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Somente a investida Águas de Itapema permaneceu no PRT liquidando o valor total no início do segundo semestre de 2019.

- (b) Refere-se ao ISS devido dos investimentos de 2008 e 2009 em que a Águas de Itapema não realizou o devido recolhimento, sob a ótica de empresas de saneamento serem isentas e foi autuada, perdendo o processo judicial em 2020. Com o advento do REFIS da lei nº 3.998, de 22 de junho de 2020 da prefeitura da cidade de Itapema, a Administração decidiu aderir ao parcelamento no montante de R\$ 6.379 em 24 parcelas consecutivas com redução de 50% nas multas e juros.
- (c) Os parcelamentos federais compreendem os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) parcelados da controladora e das investidas aos quais são todos parcelados em 60 parcelas com vencimentos finais a depender da data de adesão, atualizados pela taxa Selic mensalmente.

22. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, na constituição dos ativos de contrato de concessão, provisionados na receita de construção, com elegibilidade somente a partir dos respectivos recebimentos ao longo dos contratos de concessão. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Pis e Cofins diferido		
Pis diferido	3.722	3.588
Cofins diferido	17.182	16.560
	20.904	20.148
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Imposto de renda diferido	45.093	43.366
Contribuição social diferido	16.244	15.630
	61.337	58.996

A única natureza dos tributos diferidos constituídos e acima divulgados refere-se ao reconhecimento do ativo de contrato de concessão das investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, onde o respectivo recebimento dos contratos vinculados aos ativos financeiros só ocorrerão em data futura. O aumento nos tributos diferidos a pagar se deve aos avanços das obras de construção de ativos da Sanema.

A controladora é optante pelo regime tributário de lucro real, porém não constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, considerando as suas projeções futuras e perspectiva de voltar ao lucro presumido nos próximos anos.

23. Adiantamentos de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos de terceiros				
Conseng Engenharia Ltda	11.000	-	11.000	-
Outros adiantamentos	-	183	378	712
	11.000	183	11.378	712

24. Provisão para contingências**24.1. Processos com probabilidade de perda provável**

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para essas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****(a) Saldos patrimoniais:**

Os saldos de provisão para contingência da Controladora de períodos anteriores foram revertidos durante o exercício de 2021, por não haver mais probabilidade de perdas prováveis dos processos civis, trabalhistas e tributários. Em 31 de março de 2022, a Controladora não mantém saldo de provisões.

Consolidado				
31/03/2022				
Probabilidade de perda	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	1.417	22	-	1.439
	1.417	22	-	1.439

Consolidado				
31/12/2021				
Probabilidade de perda	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	1.417	22	-	1.439
	1.417	22	-	1.439

(b) Movimentação:

Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	257	580	270	1.107
Reversões	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	257	580	270	1.107

Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	257	580	270	1.107
Reversão	(119)	(250)	-	(369)
Saldo em 31 de março de 2021	138	330	270	738

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

24.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 9.165 em processos cíveis (R\$ 9.165 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 3.572 (R\$ 3.572 em 31 de dezembro de 2021) em processos trabalhistas e R\$ 45.147 (R\$ 45.147 em 31 de dezembro de 2021) em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

25. Patrimônio Líquido

25.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 que era de R\$ 368.565, representado por 215.862.377 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado e integralizado em 10 de fevereiro de 2022 no valor de R\$ 10, mantendo o valor de R\$ 264.373 em reserva de capital, conforme cláusula 2.5.4 do acordo de acionistas, assim como prevê o artigo 182 item "a" da Lei 6.404/76 que totalizou a emissão de 60.638.409 ações ordinárias nominativas ao valor unitário de R\$ 4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos) pelos acionistas Infra Setorial Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a DP Brasil SPV I, LLC. Desta forma o novo capital social da Companhia em 31 de março de 2022 ficou em R\$ 368.575 representados por 276.500.786 ações nominativas. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

Acionistas	31/03/2022			31/12/2021		
	Número de ações	%	Capital Social	Número de ações	%	Capital Social
Infra Setorial Fundo Invest. em Participações	229.777.514	83,10%	306.293	197.276.626	91,39%	336.832
DP Brasil SPV I, LLC	31.387.035	11,35%	41.839	-	-	-
U2S Participações Ltda	15.336.237	5,55%	20.443	18.593.118	8,61%	31.746
	276.500.786	100%	368.575	215.862.377	100%	368.565

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o processo de entrada do acionista US2 Participações Ltda, assim como a investidora Generate Capital através da Controladora, houve gastos com emissão de ações onde devem ser reclassificados em conta redutora dentro do capital social, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Capital Social	368.575	368.565
(-) Gastos de transação na emissão de ações	(11.944)	(8.075)
	356.631	360.490

25.2. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção de parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 89.316 (R\$ 17.367 em 31 de dezembro de 2020) que ficou à disposição para destinação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. Em assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2022, os acionistas decidiram por unanimidade a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, assim como a retenção dos lucros de 2021.

Durante o exercício de 2021, a Companhia pagou os dividendos de 2020 no montante de R\$ 914 e R\$ 10.685 que estava à disposição da Assembleia Geral, assim como em 22 de maio de 2021 a Companhia distribuiu dividendos in-natura através de Cédulas de Crédito Bancário de sua investida Sanetrat no valor de R\$ 31.689. No período findo em 31 de março de 2022 a Companhia mantinha saldo em reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 109.697 (R\$ 109.697 em 31 de dezembro de 2021).

25.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 4.948 (R\$ 962 em 2020). Em 31 de março de 2022 a Companhia detinha um saldo acumulado de R\$ 8.561 (R\$ 8.561 em 31 de dezembro de 2021). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

25.4. Dividendos mínimos obrigatórios

A Controladora reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2021, conforme prevê o artigo 30 do estatuto social, no montante de R\$ 4.701 (R\$ 914 em 2020). Foi antecipado o valor de R\$ 950 durante o exercício de 2021, conforme prevê o estatuto. Desta forma o saldo a pagar de dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022 foi de R\$ 3.750 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2020) correspondente a R\$ 0,6286 (seis mil duzentos e oitenta e seis décimos de milésimo de reais) por ação em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0,1150 (mil cento e cinquenta décimos de milésimo de real) por ação em 31 de dezembro de 2020). Além do saldo a pagar de dividendos propostos pela Controladora o Grupo mantém saldo de R\$ 6.286 (R\$ 6.286 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado de não controladores. Em 31 de março de 2022 a Controladora ainda não havia distribuído os dividendos mínimos obrigatórios.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R\$ 13.824, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, essa operação gerou uma transação de capital no montante de R\$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2021 em decorrência da incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. na investida Sanema houve o reconhecimento da variação do ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 9.130.

No período findo em 31 de março de 2022 a Companhia mantinha saldo de R\$ 6.625 (R\$ 6.625 em 31 de dezembro de 2021) de ajuste de avaliação patrimonial.

25.6. Ágio na emissão de ações

Em 16 de dezembro de 2021 com a incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. nas investidas, Luz de Belém, MT-100, MT-320 e MT-246 houve ágio na emissão de ações no valor de R\$ 16.914.

25.7. Participação de não controladores

Em 1º de dezembro de 2021 com a incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. nas investidas Sanema, Luz de Belém, MT-100, MT-320 e MT-246 houve a reversão de participação de não controladores correspondente aos percentuais das empresas das empresas que já consolidavam e um acréscimo das que não consolidavam no valor líquido de R\$ 39.809.

Durante o primeiro trimestre de 2022 os acionistas não controladores integralizaram o valor de R\$ 97.677 na investida Via Brasil BR-163. No encerramento do período findo em 31 de março de 2022, o saldo de participação de não controladores da Companhia encerrou em R\$ 331.228 (R\$ 229.917 em 31 de dezembro de 2021).

26. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do exercício	5.721	35.195
Lucro atribuído a não controladores	3.634	21.965
Resultado atribuível aos acionistas controladores	2.087	13.230
LUCRO POR AÇÕES		
Média ponderada das ações	256.287.983	167.338.067
Lucro básico por ação (em Reais)	0,0081	0,0791

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

31/12/2021		31/03/2021	
Quantidade de ações	Avos	Quantidade de ações	Avos
215.862.377	01/03	167.338.067	03/03
276.500.786	02/03	-	-
Média ponderada de ações		Média ponderada de ações	
256.287.983		167.338.067	
Lucro básico por ações (em reais)		Lucro básico por ações (em reais)	
0,0081		0,0791	

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta de serviços (Saneamento)	-	-	35.307	26.576
Receita bruta de serviços (Energia)	-	-	5.957	7.494
Receita bruta de serviços (Rodovias)	-	-	25.101	-
Receita de obras de engenharia e serviços	1.578	97	4.892	8.509
Remuneração do ativo de contrato (a)	-	-	15.381	7.980
Receita de construção (Saneamento) (b)	-	-	236	624
Receita de construção (Saneamento - ATF) (c)	-	-	4.625	65.879
Receita de construção (Energia) (b)	-	-	3.158	254
Receita de construção (Rodovia) (b)	-	-	27.687	-
Receita de locação de veículos e equipamentos	124	124	38	38
Cancelamentos	-	-	(1.206)	(2.388)
Impostos sobre prestação de serviços	(197)	(25)	(7.807)	(6.042)
	1.505	196	113.369	108.924

- (a) Receita de remuneração do ativo de contrato de concessão é reconhecida sobre a correção monetária dos saldos dos investimentos realizados ao longo contrato, sendo parte constante no ativo a receber ao longo dos contratos de Parcerias Público Privadas das investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações através das contraprestações.
- (b) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias.
- (c) Receita de construção reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos. Em 31 de março de 2022, as obras referentes a construção do ativo de locação da investida Sanema foram praticamente concluídas restando ainda pequenos detalhes de encerramento de obras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custos com pessoal	-	-	(5.483)	(2.904)
Custos com materiais e insumos	-	-	(3.830)	(2.788)
Custos com produtos químicos	-	-	(613)	(595)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(8.973)	(3.124)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(10.653)	(3.552)
Custos com energia elétrica	-	-	(6.682)	(5.323)
Custos com construção - Saneamento (a)	(3.177)	(728)	(3.413)	(624)
Custos com construção - Energia (a)	-	-	(3.158)	(254)
Custos com construção - Rodovias (a)	-	-	(27.688)	-
Custos com construção - Saneamento (b)	-	-	(1.795)	(28.417)
	(3.177)	(728)	(72.288)	(47.581)

- (a) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias. O grupo de rodovias não possui saldo no primeiro trimestre de 2021, pois, neste período, essas empresas não eram consolidadas no balanço e a aquisição do controle destas Companhias se deu apenas em 1 de dezembro de 2021.
- (b) Custo de construção reconhecido pelos investimentos realizados na construção de ativos de saneamento. No período findo em 31 de março de 2021 a Companhia realizava as obras referente a construção do ativo para locação da investida Sanema, obra essa praticamente concluída no último trimestre de 2021.

29. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(1.281)	(997)	(2.959)	(2.062)
Com serviços de terceiros	(2.447)	(1.755)	(7.639)	(4.810)
Com viagem	(203)	(86)	(895)	(191)
Com locação	(138)	(90)	(368)	(216)
Energia elétrica	(35)	(34)	(347)	(142)
Com depreciação e amortização	(59)	(34)	(518)	(352)
Despesas com informática	(318)	(175)	(480)	(180)
Despesas tributárias	-	(11)	(119)	(181)
Multas fiscais indedutíveis	(1)	-	(1)	-
Serviços de agentes fiduciários	(6)	(288)	(1.076)	(1.095)
Publicações legais	-	-	(7)	-
Outras despesas	(157)	(120)	(1.144)	(542)
	(4.645)	(3.590)	(15.553)	(9.771)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	(16)	-	(365)	(388)
Propaganda e publicidade	(67)	(34)	(239)	(190)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	-	-	(2.666)	(1.165)
Com depreciação e amortização	-	-	(6)	(12)
Outras despesas	(39)	-	(226)	(174)
	(122)	(34)	(3.502)	(1.929)
	(4.767)	(3.624)	(19.055)	(11.700)

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	3.611	2.983	46	230
Despesas recuperadas (b)	5	141	68	491
Ganhos com investimentos (c)	555	-	555	-
Reversão (provisão) para contingências	-	-	-	297
Outras receitas não operacionais	-	3	115	16
	4.171	3.127	784	1.034
Outras despesas				
Perdas com investimentos	(423)	(856)	(100)	-
Multas	(1)	-	(466)	(133)
Passivos tributários de períodos anteriores	-	-	-	(1.048)
Outras despesas	-	-	-	-
	(424)	(856)	(566)	(1.181)
	3.747	2.271	218	(147)

- (a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, dessa forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.
- (b) Referem-se às despesas recuperadas pela Controladora reconhecidas dentro do período findo em 31 de março de 2022 e do mesmo período em 2021.
- (c) A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na investida Urbeluz referente ao Consórcio Caraguá a qual possui participação de 55% referente ao período findo em 31 de março de 2022 e do mesmo período em 2021.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(3.705)	(125)	(17.594)	(5.583)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.419)	(620)	(6.863)	(2.057)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(3.983)	31
Juros apropriados sobre parcelamentos	(32)	(25)	(1.104)	(453)
Outros Juros tributários	(3)	-	(53)	-
Despesas bancárias	(25)	(4)	(494)	(215)
Custo de captação de empréstimos	(855)	-	(1.507)	(143)
Custo financeiro de estruturação de dívida	-	-	(53)	-
IOF sobre aplicações financeiras	(4.627)	(128)	(4.647)	-
Outras despesas financeiras	(54)	-	(361)	(81)
	(13.720)	(902)	(36.659)	(8.501)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	1.018	17	9.237	142
Juros sobre faturamento	-	-	228	298
Descontos obtidos	-	-	1	51
juros e atualização monetária sobre ativo financeiro	-	-	16.572	5.441
Rendimentos sobre títulos de dívida	1.031	2.312	-	-
Outras receitas financeiras	-	-	187	125
	2.049	2.329	26.225	6.057
	(11.671)	1.427	(10.434)	(2.444)

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Impostos de Renda e Contribuição Social (reconciliação)

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e pelo regime de Lucro Presumido. Na opção pelo Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, e na apuração do Lucro Presumido é utilizada a presunção de 32%, exceto nos casos de obras por empreitada global com alíquota de 8% para IRPJ e 12% para CSLL, e a apuração é realizada conforme a legislação tributária dos tributos do ano corrente. Abaixo a reconciliação do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro real				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	2.087	13.230	14.312	14.220
(-)Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(5.343)	(37)
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	2.087	13.230	8.969	14.183
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(710)	(4.498)	(1.630)	(4.822)
Reconhecimento de imposto diferido sobre prejuízo fiscal	-	-	479	330
Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	16.450	4.623	2.570	3.596
Ganho na mensuração da participação societária ao valor justo	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	(23.948)	-	(10.340)	-
Outros movimentos	2.507	(125)	2.518	41
IRPJ e CSLL apurados	-	-	(6.403)	(855)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(4.505)	(1.216)
Imposto renda, contribuição social diferidos	-	-	566	361
	-	-	(3.939)	(855)
Taxa efetiva total	0,00%	0,00%	27,52%	6,02%
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro presumido				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	5.810	32.744
(-)Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(399)	(556)
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	5.411	32.188
Serviços prestados, locações e outros	-	-	7.415	6.362
Prestação de serviços de energia	-	-	5.165	12.220
Base de Presunção	-	-	12.580	18.582
Presunção lucro para IRPJ (32 %)	-	-	2.373	3.989
Presunção lucro para IRPJ (8 %)	-	-	413	489
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	-	-	-	27
Base tributável	-	-	2.786	4.505
IRPJ apurado 15%	-	-	(418)	(680)
Adicional do IRPJ	-	-	(17)	(1.199)
(-) IRRF sobre notas emitidas	-	-	(76)	-
Total IRPJ apurado	-	-	(511)	(1.879)
Presunção lucro para CSLL 32%	-	-	2.373	3.989
Presunção lucro para CSLL 12%	-	-	620	735
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	-	-	-	27
Base tributável	-	-	2.993	4.751
CSLL apurada	-	-	(269)	(428)
Imposto renda, contribuição social corrente Presumido	-	-	(2.551)	(1.528)
Imposto renda, contribuição social diferidos Presumido	-	-	(2.170)	(8.794)
Imposto de renda e contribuição social lançado no resultado	-	-	(2.170)	(10.322)
Conciliação do Lucro Real e Lucro Presumido no resultado:				
Imposto renda, contribuição social corrente Presumido e Real	-	-	(7.055)	(2.744)
Imposto renda, contribuição social diferido Presumido e Real	-	-	(1.604)	(8.432)
Imposto renda, contribuição social líquido lançado no resultado	-	-	(8.659)	(11.176)
Taxa efetiva total	0,00%	0,00%	60,22%	34,72%

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantém o valor de R\$ 29.868 de prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social. A investida Sanesalto Saneamento S.A. mantém saldo de Base Negativa da CSLL no montante de R\$ 6.032 que não está reconhecido contabilmente. À medida que for provável a sua compensação, eles serão reconhecidos.

33. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de: (i) concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema/SC, Salto/SP, São João de Meriti/RJ e Maceió/AL; (ii) na gestão de iluminação pública sob regime de Parcerias Público Privadas nas cidades de São João do Meriti/RJ, Caraguatatuba/SP, Mauá/SP, Teresina/PI e em Belém/PA e em contratos de manutenção em Boa Vista/RR, Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ; (iii) no fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental, também na cidade de Salto/SP; (iv) concessões de rodovias no estado do Mato Grosso nas MT-100 e MT-320, MT 246 e BR 163. Os ativos estão sendo consolidados pela aquisição de controle da Conasa, onde sendo apresentado dentro do Segmento Operacional a partir dos resultados de dezembro de 2021.

O segmento de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. A controlada Sanema é responsável pela construção do sistema de coleta e tratamento em 4 setores comerciais em Maceió/AL e respectiva locação do ativo à CASAL. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz e diretamente, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2021, a Companhia detinha participação em cinco PPP operacionais. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de rodovias será um dos que mais gerarão resultados a partir da cobrança de pedágios da Via Brasil BR-163, previstos para início de arrecadação em outubro de 2022, assim como as rodovias do Mato Grosso, onde a Via Brasil MT-246 tem início previsto para arrecadação de pedágios a partir de abril/2022.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela administração, correspondente as demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, exceto o total do ativo que são comparados a de 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Receitas líquidas		Resultado operacional	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Saneamento Básico	37.602	87.912	17.505	42.021
Iluminação Pública	22.596	19.281	5.898	6.364
Rodovias	51.845	-	517	-
Saneamento Ambiental	2.387	1.731	894	430
Outros	1	-	-	-
Total	114.431	108.924	24.814	48.815

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saneamento Básico	(3.360)	(3.251)	1.365.377	981.147
Iluminação Pública	(338)	(326)	201.617	202.786
Rodovias	(7.194)	-	793.269	427.917
Saneamento Ambiental	(285)	(312)	9.103	9.107
Outros	(11)	(19)	-	-
Total	(11.188)	(3.908)	2.369.366	1.620.957

34. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2021 e início de 2022, e vigentes até as datas variáveis em 2022, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado e seus contratos de PPP e concessões.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat	1.600	-
Aguas de Itapema	45.883	22.458
Urbeluz	52.487	-
Luz de Belém	74.424	-
Sanesalto	25.600	6.000
Sanema	8.654	-
CaraguaLuz	41.875	-
Alegrete	10.374	-
Via Brasil MT-100	53.040	-
Via Brasil MT-320	75.820	-
Via Brasil MT-246	75.820	-
Via Brasil BR-163	1.006.000	99.776
	1.397.153	128.234

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Instrumentos financeiros

35.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

35.2. Qualidade dos créditos de ativos financeiros

A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privado.

35.3. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da Covid-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

		Controladora	
	Categoria	31/03/2022	31/12/2021
Ativo financeiros (*)			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	5.714	107.338
Contas a receber	Custo amortizado	2.742	1.672
Partes relacionadas	Custo amortizado	145.520	43.701
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	6.492	21.325
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	4.910	2.957
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	485.061	136.974
Partes relacionadas	Custo amortizado	41.587	42.553

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Ativo financeiros (*)			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	503.663	242.692
Contas a receber	Custo amortizado	24.183	24.691
Ativo de contrato	Custo amortizado	573.203	554.010
Partes relacionadas	Custo amortizado	137.019	39.890
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	55.963	54.525
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	79.942	84.478
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	916.576	557.260
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	103.472	95.447
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.178	3.158

35.4. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

- (a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de financiamentos vinculados ao CDI e receitas vinculadas à inflação, ou aplicações financeiras vinculadas ao CDI e financiamentos vinculados à inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) B3. Dessa maneira, no único cenário apresentado como provável, identificou-se que não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade demonstrando dois cenários de risco de elevação da taxa, sendo o primeiro com acréscimo de 25% e o segundo com 50%.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado				Projeção de mercado		
Instrumentos Financeiros	Risco	Taxa de Juros	Saldo Total em 31/03/2022	Provável cenário	Cenário I	Cenário II
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	Redução taxa do CDI	4,98%	503.701	528.785	629.626	755.552
Títulos de valores mobiliários	Redução taxa do CDI	6,42%	54.313	57.800	67.891	81.470
			558.014	586.585	697.517	837.022
Passivo financeiro						
CCB Capital de giro - (SICOOB)	Aumento na taxa CDI	7,02%	2.791	2.987	3.489	4.187
CCB Capital de giro - (ABC)	Aumento na taxa CDI	9,15%	201.769	220.231	252.211	302.654
CCB Capital de giro - (BB)	Aumento na taxa CDI	7,17%	19.120	20.491	23.900	28.680
Financiamento aquisição de mercadorias	Aumento na taxa CDI	6,00%	3.687	3.908	4.609	5.531
Capital de giro - (BNB)	Aumento na taxa CDI	4,50%	79.881	83.476	99.851	119.822
Capital de Giro - (BTG)	Aumento na taxa IPCA	6,61%	151.882	161.921	189.853	227.823
Passivo de arrendamento	Aumento na taxa IPCA	10,06%	103.472	113.881	129.340	155.208
Debêntures						
Mútuo	Aumento na taxa IPCA	18,61%	1.156	1.371	1.445	1.734
Debentures Públicas Águas de Itapema	Aumento na taxa IPCA	10,42%	99.119	109.447	123.899	148.679
Debentures Públicas Sanesalto	Aumento na taxa CDI	6,11%	41.663	44.209	52.079	62.495
Debentures Públicas MT-320	Aumento na taxa IPCA	16,20%	137.973	160.325	172.466	206.960
Debentures Públicas MT-246	Aumento na taxa CDI	6,17%	67.189	71.335	83.986	100.784
Debentures - 1ª emissão	Aumento na taxa CDI	10,93%	108.343	120.185	135.429	162.515
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame			2.003	2.003	2.504	3.005
			1.020.048	1.115.770	1.275.061	1.530.077
Exposição da dívida			462.034	529.185	577.544	693.055
Efeito Líquido - Perda				67.151	115.510	231.021

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem base de clientes difusa com receita vinculada em grande parte às tarifas de prestação de serviços vinculadas às concessões e PPPs;
- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora							
31/03/2022							
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Passivos financeiros							
Fornecedores	4.910	5.465	5.465	-	-	-	-
Capital de Giro - DI	375.562	418.001	361.761	17.569	17.569	-	-
Debêntures 1ª emissão	109.499	121.872	18.344	20.417	22.724	25.292	35.096
Partes relacionadas	41.288	45.954	45.954	-	-	-	-
	531.259	591.291	431.523	37.986	40.293	25.292	35.096

Controladora					
31/03/2021					
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros					
Fornecedores	1.333	1.333	1.333	-	-
Cédulas de Créditos Bancários	2.525	2.701	2.701		
Capital de Giro (CCB)	35.797	41.755	41.755		
Capital de Giro BB	9.463	9.821	6.435	3.148	
Mutuo - IPCA + 15%	3.288	4.215	1.234	1.456	1.525
Finame - PRÉ	438	491	228	244	19
Partes relacionadas	17.777	17.777	13.180	4.597	-
	70.621	78.093	66.866	9.445	1.544

Consolidado							
31/03/2022							
	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Passivos financeiros							
Fornecedores	79.942	88.975	88.975	-	-	-	-
Debêntures	455.443	506.908	54.199	127.188	62.446	69.502	193.573
Finame	2.003	2.229	208	232	258	287	1.245
Capital de Giro	459.130	511.012	407.644	92.873	4.497	5.005	992
Passivo de arrendamentos	103.472	115.164	28.505	25.611	28.505	31.726	817
Partes relacionadas	8.178	9.102	9.022	80	-	-	-
	1.108.168	1.233.391	588.553	245.984	95.706	106.521	196.627

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias Período findo em 31 de março de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	31/03/2021						
		Fluxo					
	Valor contábil	Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Passivos financeiros							
Fornecedores	43.921	43.921	43.921	-	-	-	-
Debêntures	160.740	177.489	25.002	24.153	25.655	26.415	76.264
Finame	1.470	1.641	253	316	385	340	347
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	2.525	2.751	2.751	-	-	-	-
Capital de Giro	46.767	47.581	43.318	2.842	1.421	-	-
Passivo de arrendamentos	14.555	14.995	3.511	3.400	2.901	2.504	2.679
Partes relacionadas	14.476	14.476	6.706	7.770	-	-	-
	284.454	302.854	125.462	38.481	30.362	29.259	79.290

- (d) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia não atua com instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. Dessa forma, a administração julga não ter riscos relacionadas a variações de taxas de câmbio.
- (e) **Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
A - Total de empréstimos, financiamento, debêntures e passivo de arrendamentos	1.020.048	652.707
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 3)	559.626	297.217
C = (A - B) - Dívida líquida	460.422	355.490
D = Total do patrimônio líquido	1.096.116	732.204
E = (C + D) - Capital total	1.556.538	1.087.694
C/E = Índice de alavancagem financeira	29,6%	32,7%

36. Compromissos vinculados aos contratos de concessão (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem alguns principais compromissos vinculados aos contratos de concessão, conforme segue:

- (i) A Companhia Águas de Itapema tem o compromisso de investimentos entre 2016 e o final da concessão de R\$ 510 milhões, sendo investimentos em água de R\$ 165 milhões e investimentos em esgoto de mais de R\$ 335 milhões, conforme planos de investimentos definidos no Plano Municipal de Saneamento e no Contrato de Concessão. Até 31 de março de 2021 a Companhia já havia investido R\$ 222.367.
- (ii) A Sanesalto concluiu os investimentos previstos na concessão, restando apenas a operação do sistema até 2032. Até 31 de março de 2021 a Companhia já havia investido R\$ 72.225 no sistema de tratamento de esgoto.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

-
- (iii) A Sanema tem como compromisso de investimento a execução de Estação de Tratamento de Esgoto e rede de coleta, com as respectivas estações elevatórias de esgoto, na área de atendimento definida pelo contrato com Contrato de Empreitada Global firmado de R\$ 171 milhões até 30 de novembro 2021. Até 31 de março de 2022 a Empresa havia investido R\$ 155.610.
- (iv) A Caraguá Luz encerrou no início de 2020 a substituição de todas as luminárias existentes por luminárias LED, conforme previsto no contrato de PPP em um investimento total de R\$ 57.145 do contrato original. Em 30 de dezembro de 2020, foi firmado o 2º termo de aditivo com investimentos a serem realizados de R\$ 45.129. Até o período findo encerrado em 31 de março de 2022 a Companhia havia investido R\$ 8.445.
- (v) A Alegrete RJ Participações S.A. tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2020, além da substituição de tais luminárias num segundo ciclo de investimento entre o ano 11 e 15 (2025 a 2029) do contrato de PPP, com uma previsão de cerca de R\$ 100 milhões em iluminação pública. Estão previstos também investimentos em efficientização de prédios públicos e aquisição de equipamentos, que somam cerca de R\$ 22 milhões durante a concessão.
- (vi) Luz de Belém tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2021-2022, com uma previsão de cerca de R\$ 80 milhões em iluminação pública. A expectativa é de início dos investimentos até maio de 2022.
- (vii) A Via Brasil MT-100, concessão de 111 km de rodovia por 30 anos, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 10.000. Com a concessão, a rodovia receberá investimentos de R\$ 365 milhões. Até o encerramento do período findo em 31 de março de 2022 a Companhia havia investido R\$ 60.437.
- (viii) A Via Brasil MT-320/208, concessão dos 188 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 6 milhões. Com a concessão, as rodovias receberão investimentos de R\$ 211 milhões durante o período de investimentos. Até o encerramento do período findo em 31 de março de 2022 a Companhia havia investido R\$ 79.890.
- (ix) A Via Brasil MT-246, concessão dos 233 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. Não houve pagamento do direito de outorga. Com a concessão, as rodovias receberão investimentos de R\$ 850 milhões durante o período de investimentos. Até o encerramento do período findo em 31 de março de 2022 a Companhia havia investido R\$ 42.368.
- (x) A Via Brasil BR-163, concessão dos 1.009 Km de rodovias, tem como principais compromissos de investimentos da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER) são estimados em R\$ 2,046 bilhões. A Companhia investiu R\$ 10.193 até 31 de março de 2022, sendo, R\$ 1.384 de projetos e viabilidade do contrato de concessão e R\$ 8.809 em projetos e consultorias iniciais para implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.
- (xi) A Águas do Sertão, formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento, concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas, compreendendo mais de 560 mil habitantes, terá o gerenciamento dos serviços por 35 anos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além da outorga, onde o lance foi representado por R\$ 1,215 bilhão o consórcio fará investimentos previstos de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. Para o abastecimento de água estão estimados em R\$ 883.411 milhões e compreendem os sistemas coletivos de água Sertão, Bacia Leiteira, Carangueja e Caçamba e Agreste. Para a coleta e tratamento de esgoto o aporte será de R\$ 1.014.053 bilhão. A entrega da concessão está prevista para início de setembro de 2022.

37. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou transação relevante no encerramento do exercício envolvendo a controladora e suas investidas que não afetou o caixa, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

- Conforme mencionado na nota explicativa 12.b a Urbeluz Energética S.A. efetuou a reversão da distribuição de dividendos provisionados em 2020 no montante de R\$ 2.436, essa transação também não envolveu caixa.
- Em 30 de dezembro de 2021 a Companhia transformou o AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) da investida Via Brasil MT-100 em capital social na proporção de duas ações integralizando o valor de R\$ 8.838.
- Em 16 de dezembro de 2021 com a conclusão da incorporação dos Ativos da Zetta Participações S.A. e com a aquisição do controle das investidas aos quais a Conasa Infraestrutura já participava, foi contratado consultoria independente para elaboração do PPA "Purchase Price Allocation" ou alocação do preço de compra, onde foram identificadas e reconhecidos a Mais Valia dos investimentos. A Companhia elaborou laudo de Alocação de Preço de Compra e identificou o incremento de mais valia no valor de R\$ 26.044 registrado diretamente no patrimônio líquido, decorrente da troca de ações.
- Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B). A Companhia obteve despesas pré-operacionais com projetos e estudos que serão considerados como integralização de capital. Em 7 de março de 2022 a Companhia integralizou o valor de R\$ 5.305 com estas despesas pré-operacionais.

Para o período findo em 31 de março de 2022, a Companhia realizou transação relevante envolvendo partes relacionadas, que não afetou o caixa, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

- Em 30 de março de 2022 a Companhia realizou integralização de capital social no valor de R\$ 5.570 (cinco milhões, quinhentos e setenta reais) através de mútuo para a investida Águas do Sertão S.A.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias****Período findo em 31 de março de 2022****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

38. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2022, quando da necessidade de aporte de capital necessário para o cumprimento das condições precedentes para a assinatura do Contrato de Concessão da Via Brasil BR-163, os acionistas minoritários indicaram não possuir os recursos suficientes para o aporte na proporção da respectiva participação no Consórcio. Dessa forma, a Companhia ofereceu os recursos necessários para a realização dos aportes e firmou com cada um dos minoritários contratos de mútuos. Os contratos de mútuos previam a correção do saldo pela variação do DI adicionado de spread de 2% a.m. bem como alienavam as ações integralizadas com os recursos mutuados como garantia no caso de não pagamento dos valores devidos em 45 dias corridos. Em junho de 2022, a Companhia executou as garantias dos contratos de mútuo, adquirindo a partir disso 100% das ações da Via Brasil BR-163.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PRO43806/0-1

* * *

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Período findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2022; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2021.

Diretoria executiva

- **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto;
- **Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:** Claudio Roberto de Leoni Ramos;
- **Diretor de Operações:** Ricardo Salles de Oliveira Barra;

Contador

Isaac do Nascimento – CRC PR 043.806/O-1.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1

Certificate Of Completion

Envelope Id: 4838555AAF1A4E6AB49DC4D8D2E292EE

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: CONASAINFRAESTRUMAR22.REV.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 90

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Ricardo Silva

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Enveloped Stamping: Enabled

Branca

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, SP 05001-100

ricardo.silva@pwc.com

IP Address: 18.231.224.94

Record Tracking

Status: Original

Holder: Ricardo Silva

Location: DocuSign

30 June 2022 | 16:26

ricardo.silva@pwc.com

Status: Original

Holder: CEDOC Brasil

Location: DocuSign

30 June 2022 | 16:53

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

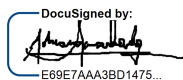
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



E69E7AAA3BD1475...

Signature Adoption: Drawn on Device

Signed by link sent to a.machado@pwc.com

Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 30 June 2022 | 16:27

Viewed: 30 June 2022 | 16:42

Signed: 30 June 2022 | 16:53

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Ricardo Silva

ricardo.silva@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 30 June 2022 | 16:53

Viewed: 30 June 2022 | 16:53

Signed: 30 June 2022 | 16:53

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 June 2022 16:27
Certified Delivered	Security Checked	30 June 2022 16:42
Signing Complete	Security Checked	30 June 2022 16:53
Completed	Security Checked	30 June 2022 16:53
Payment Events	Status	Timestamps